

RAFAEL ESCHER

A Concepção de Sociedade da Informação no Brasil:
uma análise crítica do Livro Verde

Monografia apresentada como requisito para aprovação na disciplina BIB03037 - Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e conseqüente obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Porto Alegre
2003

Privatizado

"Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contentes querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence."

Bertold Brecht

RESUMO

Surgida a partir da segunda metade do século XX, a noção de Sociedade da Informação tem sido tema de inúmeros estudos acadêmicos, econômicos e políticos. Caracterizada como um novo paradigma social de produção e desenvolvimento, essa noção tem orientado a formulação de políticas públicas visando à inserção dos Estados-Nação na chamada Era da Informação e do Conhecimento. O presente estudo objetiva verificar qual a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo Livro Verde do Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo). Como objetivos específicos tem-se: identificar os elementos que compõem a visão oficial de Sociedade da Informação no Brasil; averiguar quais os agentes sociais e quais os interesses envolvidos na construção da Sociedade da Informação brasileira; verificar qual o conteúdo ideológico presente no SocInfo; e apurar quais as questões que o Livro Verde levanta e quais as estratégias propostas para a implementação do Programa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica seguida de uma análise qualitativa. Após a apresentação de algumas das abordagens, encontradas na literatura, relativas à noção de Sociedade da Informação e da relação das mesmas com o contexto político, econômico, social, histórico e cultural onde se inserem, e de uma breve adução do SocInfo, procede-se uma análise do Livro Verde. Conclui-se que a concepção de Sociedade da Informação no Brasil consiste na crença de que se estaria vivendo em uma nova era, em uma nova sociedade. Essa concepção caracteriza-se como *mimetista, tecnicista, economicista e ideológica*. Ela segue os princípios do fenômeno de globalização em curso e da doutrina neoliberal e seus projetos hegemônicos, articulados pelos agentes sociais representantes das corporações transnacionais, dos *países centrais* e das elites nacionais e estrangeiras. Ao final do texto, aborda-se o papel, potencial, do profissional da informação – o bibliotecário – na construção de uma Sociedade da Informação democrática.

Palavras-chave: Sociedade da Informação; Sociedade da Informação: Brasil; Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo); Livro Verde; Globalização; Neoliberalismo; Ideologia; Hegemonia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	8
2.1 UMA NOVA SOCIEDADE.....	10
2.2 A INFORMATIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	20
2.3 A NOÇÃO, O CONTEXTO E A INTENÇÃO.....	26
2.3.1 Ideologia.....	28
2.3.2 Hegemonia.....	29
2.3.3 Globalização.....	30
2.3.4 Neoliberalismo.....	32
2.3.5 Sociedade da Informação, Globalização e Neoliberalismo.....	34
3 O PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL.....	38
3.1 O LIVRO VERDE.....	39
3.2 O SOCINFO E A REALIDADE BRASILEIRA.....	40
4 A CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL..	42
4.1 AS REDES DE ONDAS GLOBAIS E NEOLIBERAIS.....	45
4.2 IMAGEM E SEMELHANÇA.....	47
4.3 O DEUS COMPUTADOR.....	49
4.4 SOCIEDADE OU ECONOMIA?.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda uma das noções de destaque na agenda contemporânea: a *Sociedade da Informação*. Presente nos debates acadêmicos a partir da década de sessenta do século XX, essa noção envolve diversas abordagens e tem sido fonte de inúmeras discussões. Diante da emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) afirma-se o advento de uma nova sociedade que revolucionaria a práxis humana. Porém, por trás dessas tecnologias e dessa Sociedade encontram-se os homens. Por maior que sejam os esforços empreendidos por certos discursos para ocultar tal fato, são os homens – seus interesses, necessidades e desejos – que constroem as idéias e as práticas em torno do tema.

Partindo da perspectiva de Mannheim (1982), que pondera que os fatos e fenômenos referentes ao homem são *construções sociais* que se fundam e são influenciados por determinado contexto* e que esses podem apenas ser interpretados, jamais explicados, pois envolvem uma profusão de fatores – relacionados entre si de forma complexa –, a presente monografia busca trazer elementos, levantar questões e urdir críticas a respeito da noção de Sociedade da Informação, em particular em relação à concepção dessa Sociedade no Brasil. Por meio de uma análise da obra *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde* (Livro Verde) do Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo), objetiva-se verificar qual a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo documento. Tem-se como objetivos específicos: identificar os elementos que compõem a visão oficial de Sociedade da Informação no Brasil; averiguar quais os agentes sociais e quais os interesses envolvidos na construção da Sociedade da Informação brasileira; verificar qual o conteúdo ideológico

* O estudo entende o conceito de *contexto* como uma série de fatores compostos de elementos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais que interagem entre si caracterizando determinada situação e/ou época.

presente no SocInfo; e apurar quais as questões que o Livro Verde levanta e quais as estratégias propostas para a implementação do Programa.

Mannheim (1982, p. 29) afirma que quando "[. . .] qualquer atividade humana permanece por um longo período sem ser submetida ao exame ou à crítica intelectuais, a tendência é que ela se torne incontrolável.". Mattelart (2002a), acrescenta ressaltando que a apropriação cidadã das TICs não pode concretizar-se sem a crítica das palavras e representações que circundam essas tecnologias. Logo, o profissional da informação – o bibliotecário –, agente social importante envolvido no processo de mediação da informação, não pode abster-se da discussão conceptual e contextual em torno da noção de Sociedade da Informação, em outras palavras, do projeto de uma Sociedade da Informação, seja a nível mundial, seja a nível nacional. Acredita-se que uma sociedade democrática só é possível através do debate de idéias, políticas e práticas sociais. Assim, torna-se possível a construção de uma Sociedade da Informação cidadã no país.

O estudo constitui-se em uma pesquisa bibliográfica seguida de uma análise qualitativa da obra *Livro Verde*. Ele dá-se em três etapas. Na primeira, a partir da tipologia dicotômica adotada por Webster (1995) diante da noção de Sociedade da Informação, e dos trabalhos de Mattelart (2002a), Freitas (2002), Nehmy; Paim (2002) e do próprio Webster (1995), identifica-se e caracteriza-se algumas das abordagens, encontradas na literatura internacional e nacional, relativas a essa suposta Sociedade. Caracteriza-se, também, o contexto onde se insere essa noção e a relação desse com a mesma.

Na segunda etapa examina-se o Livro Verde, que é, no momento, o documento oficial do SocInfo, identificando os principais elementos da concepção de Sociedade da Informação no Brasil. A análise centra-se, de maneira especial, no primeiro capítulo do livro, *A Sociedade da Informação*, pois esse oferece uma visão geral do conteúdo e do teor do documento. O estudo não analisa os dados e informações puramente técnicos relativos à infraestrutura

necessária a uma Sociedade da Informação; tampouco, questões operacionais em relação à implantação e a implementação do Programa.

Na terceira etapa identifica-se qual ou quais das abordagens teóricas, pesquisadas na literatura, fundamenta a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo Livro Verde, como essa concepção é construída e quais os argumentos que justificam e legitimam tal perspectiva, procurando verificar as razões que levaram os autores do Livro Verde a adotá-la. Paralelamente, analisa-se esse Programa, parte de um projeto social, considerando as suas potencialidades e dificuldades diante da realidade brasileira.

Este estudo é produto de uma Graduação que foi concomitante com os anos iniciais do SocInfo. Portanto, ao longo do Curso, o autor pôde acompanhar (à distância) os primeiros passos do Programa. Agora, às vésperas da obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, tece-se algumas considerações em relação ao SocInfo. Sempre com a intenção de contribuir, de alguma maneira, para fomentar o debate e o desenvolvimento socialmente igualitário, justo, diversificado e democrático desse Programa ou de qualquer outra iniciativa do gênero.

Antes da incursão ao tema proposto, duas asserções são necessárias: em primeiro lugar, apesar do fato desta monografia só ter concretizado-se devido ao auxílio de inúmeros cúmplices intelectuais, *as abordagens, idéias, críticas e opiniões aqui apresentadas e defendidas são de inteira responsabilidade do autor*; e, em segundo lugar, não se considera, de modo algum, o presente TCC como uma fonte exaustiva e completa em relação ao tema. Pelo contrário, espera-se que este texto seja amplamente criticado pela comunidade e que, a partir de suas contradições e méritos, sirva como ponto de partida para futuros debates e/ou estudos relativos ao assunto.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A busca pelo aprimoramento de sua condição faz com que o homem busque novas formas de interagir com o mundo e com seus semelhantes. Conseqüentemente, surgem novas maneiras de produzir e reproduzir o ambiente humano. Em meados do século passado, configurou-se um novo projeto social. A emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitou o surgimento de um novo paradigma em relação à sociedade, denominado *Sociedade da Informação*. Mas o que viria a ser essa Sociedade? Quais suas implicações sociais, culturais, políticas e econômicas? Qual as condições históricas que acarretam seu surgimento? Ela de fato existe? Muitas são as questões que surgem junto com a noção de Sociedade da Informação. Constata-se que o debate em torno dessa noção abrange diversas áreas do conhecimento tais como: Administração, Antropologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciência Política, Comunicação, Economia, Filosofia, Geografia, História, Informática, Sociologia, etc.

A noção de Sociedade da Informação "[. . .] entra nas referências acadêmicas, políticas e econômicas a partir do final dos anos 1960." (MATTELART, 2002a, p. 8). A origem do termo é proveniente: de trabalhos desenvolvidos por estadunidenses e japoneses que, de maneira paralela e independente, começaram a utilizar o termo diante do fenômeno da explosão bibliográfica; do estudo de Fritz Machlup¹ que constatou, por meio de um relatório quantitativo, o surgimento da indústria do conhecimento; e das possibilidades delineadas pela telemática (ARAÚJO, 1996; FREITAS, 2002). "Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão 'sociedade da informação'

¹ O estudo foi apresentado na obra *The Production and Distribution of Knowledge in the United States* (1962) do mesmo autor.

transformou-se [. . .] em jargão nos meios de comunicação [. . .]" (WERTHEIN, 2000, p. 71).

Acima de tudo, a noção de uma Sociedade da Informação acarreta muitas discussões e controvérsias (WEBSTER, 1995). A própria diversidade de termos atribuídos à noção de Sociedade da Informação já é um indicativo da existência de inúmeras abordagens relativas ao tema. Como constatam Nehmy; Paim (2002, p. 10) não há "[. . .] consenso entre diferentes autores sequer a respeito da nomeação mais apropriada para definir o fenômeno.". Encontram-se na literatura termos como: *Sociedade Pós-Industrial* (BELL, 1977); *Terceira Onda* (TOFFLER, 1980); *Sociedade Informática* (SCHAFF, 1993); *Sociedade de Comunicação* (SFEZ, 1996); *Sociedade Digital* (NEGROPONTE, 1997; LIMA, 2000); *Era da Pós-Informação* (NEGROPONTE, 1997); *Sociedade Pós-Capitalista, Sociedade do Conhecimento* (DRUCKER, 1999); *Revolução Informacional* (LOJKINE, 1999); *Era da Informação, Sociedade em Rede, Sociedade Informacional* (CASTELLS, 1999); *Cibercultura* (LÉVY, 2000); *Era da Ignorância* (LOBO, 2000); *Era do Conhecimento* (BAUMGARTEN, 2001); *Sociedade Global da Informação* (MATTELART, 2002a) entre outros.

Webster (1995) agrupa as concepções de Sociedade da Informação em dois pólos antagônicos que só têm em comum uma coisa: ambos constatam que a informação tem ocupado um papel de destaque na sociedade contemporânea, seja em virtude de seu maior uso, seja em virtude de sua maior produção e subsequente organização e tratamento, ou até mesmo, de um maior número de canais e meios de transmissão e disseminação da informação. Porém, para um primeiro grupo de autores como Bell (1977), Nora; Minc (1980), Toffler (1980), Masuda (1982), Schaff (1993), Negroponte (1997), Lojkine (1999), Castells (1999), Lévy (2000) entre outros, tal fenômeno caracterizaria uma *nova sociedade*, uma *nova era* do desenvolvimento humano, o presente seria uma novidade. Já para um segundo grupo, constituído por autores como Roszak (1988), Webster (1995), Kumar (1997), Santos (2001),

Mattelart (2002a, 2002b) entre outros, esse fenômeno não traria *nada de novo* em relação à essência da sociedade; tudo permaneceria mais ou menos como era antes: o velho modo de produção capitalista, agora amparado em uma indústria tecnológica avançada que é aplicada à manutenção do *status quo*. Ter-se-ia, no máximo, *Núcleos Sociais de Informação* (universidades, institutos de pesquisa, regiões *desenvolvidas*, etc.) mas não uma Sociedade da Informação (CASTRO; RIBEIRO, 1997).

A seguir, descreve-se as diferentes abordagens teóricas relativas à noção de Sociedade da Informação, identificando autores e os argumentos utilizados por eles para caracterizar o fenômeno em suas diversas facetas. Após a apresentação das concepções relativas ao tema, busca-se situá-las em relação ao contexto no qual emerge a noção de Sociedade da Informação.

2.1 UMA NOVA SOCIEDADE

Ao longo da segunda metade do século XX, vêm-se afirmando o surgimento de uma *nova sociedade*, a Sociedade da Informação. Por meio de estudos estatísticos, teóricos e empíricos, tem-se apontado uma *mudança significativa* no modo de produção e organização da sociedade. Webster (1995) afirma que é possível distinguir cinco definições de uma Sociedade da Informação. São elas: a definição *tecnológica*, a *econômica*, a *ocupacional*, a *espacial* e a *cultural*.

A definição *tecnológica* é a mais corrente entre elas. Refere-se ao papel seminal exercido pelas TICs para o estabelecimento da Nova Sociedade. A idéia central é que essas tecnologias proporcionariam uma revolução nos modos de produzir, processar, armazenar e transmitir a informação criando novas maneiras de produzir e reproduzir a sociedade.

(WEBSTER, 1995). Essa revolução é conhecida na literatura como *Revolução Informacional* (LOJKINE, 1999). A convergência entre a informática e as telecomunicações teria trazido opções e arranjos nunca antes imaginados pela sociedade. No âmago dessas tecnologias estaria o computador: “Produto e produtor da sociedade da informação [. . .]” (SILVA, 2000, p. 42). Por meio desse aparelho e das aplicações que, a partir dele, são possíveis (por exemplo, a Internet – ícone da suposta Nova Era) a sociedade teria reorganizado-se, caracterizando uma nova etapa do desenvolvimento da humanidade.

A definição *econômica* refere-se à constatação quantitativa que a informação (sua produção, transmissão e uso) teria atingido um valor significativo no Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados, caracterizando o surgimento da Indústria da Informação. A informação seria o principal insumo, fator de produção, inovação e competitividade, acabando, assim, por designar a chamada *Nova Economia* ou *Economia da Informação e do Conhecimento* (LASTRES, 1999; AGRA, 2002; HERSCOVICI, 2002). Webster (1995) identifica os trabalhos de Fritz Machlup e, posteriormente, os de Marc Porat, como precursores dessa abordagem.

Em geral combinada com a definição *econômica*, a definição *ocupacional* refere-se a um aumento do número de profissões e profissionais no setor informacional. O cerne dessa definição é que se atingiria uma Sociedade da Informação quando o número de profissionais da informação (bibliotecários, analistas de sistema, jornalistas, entre outros) ultrapassasse o número de mineiros, siderúrgicos, peões, estivadores, etc. (WEBSTER, 1995).

A definição *espacial* atenta para as modificações que teriam ocorrido em relação ao tempo e ao espaço em decorrência das *redes* que interconectam os mais diferentes lugares ao longo do planeta. A noção de espaço geográfico teria sido profundamente alterada com a emergência das redes de informação. Através dessas redes, o capital fluiria dinamicamente entre as mais diversas localidades do mundo. Romper-se-iam as barreiras físicas e o mundo se

aproximaria. O processamento e a troca de informações seriam imediatos e efetivos. De acordo com esta elucidação de Sociedade da Informação, o mundo virtual estaria impondo inúmeras alterações, na Nova Sociedade não haveria mais território, tampouco as concepções habituais de espaço e tempo (SILVA, 2001).

A quinta definição de uma Sociedade da Informação é a *cultural*, apontada por Webster (1995) como a de mais imediata identificação. Computadores, telefones celulares, televisão a cabo, teriam se radicado na rotina de inúmeros cidadãos, alterando sociabilidades e modos de vida. É patente que há um aumento significativo de informações no campo social. As TICs e a mídia têm habitado o cotidiano e o imaginário social. E, de alguma maneira, elas têm influenciado nas práticas culturais das pessoas. “Contemporaneamente a cultura é evidentemente mais onerada de informação do que em outras épocas.” (WEBSTER, 1995, p. 22, tradução nossa). Isso viria a caracterizar uma nova sociedade.

As definições acima não são mutualmente exclusivas. Em geral, é possível encontrá-las combinadas, com ênfase maior a uma ou outra, nas concepções relativas à noção de Sociedade da Informação. A seguir, apresenta-se algumas das concepções *positivas* ou *orgânicas* em relação a essa noção encontradas na literatura.

Um dos primeiros trabalhos em relação à noção de Sociedade da Informação foi o estudo de Bell (1977) (Mattelart, 2002a). Embora não tenha usado esse termo (ele falava em uma Sociedade Pós-Industrial), o autor estudou, em um *ensaio de previsão social*, as dimensões do conhecimento e da tecnologia na sociedade. Tecnologia que, produto do conhecimento, seria a força propulsora da Nova Sociedade. Bell (1977, p. 241) acredita que estar-se-ia em uma sociedade do conhecimento por dois motivos: “[...] primeiro, as fontes das inovações decorrem cada vez mais da pesquisa e do desenvolvimento; segundo, o peso da sociedade - calculado por uma maior proporção do PNB e por uma porção também maior de empregos - incide cada vez mais no campo do conhecimento.”. Essa sociedade se

caracterizaria por uma significativa e sinérgica associação entre governo, ciência e universidade. Essa união proveria todas as inovações e regulamentações necessárias para um pleno desenvolvimento tecnológico-social-econômico-político. Bell apresenta uma visão utilitarista do conhecimento, no qual esse fica "[. . .] sujeito à avaliação do mercado, e das decisões políticas e administrativas." (NEHMY; PAIM, 2002, p. 13).

Outra característica importante da Sociedade Pós-Industrial seria a evolução para uma economia de serviços (comércio, finanças, transporte, saúde, recreação, pesquisa, educação e governo). Para Bell, o progresso da economia moderna tornou-se possível devido ao computador. O autor afirma que a produção possuiria um novo insumo: a informação. O poder na Nova Sociedade seria de quem possui a habilidade técnica e os primeiros postos seriam ocupados pelos cientistas.

Nora; Minc (1980) identificam a telemática como o cerne da revolução (econômica, social e política) em curso na sociedade contemporânea. Essa revolução teria gerado uma crise e novas configurações na sociedade. Para enfrentá-las, caberia ao Estado a elaboração e a implantação de uma política informacional para assegurar sua soberania e estabilidade externa e interna. O Estado deveria impedir, por meio de políticas de informação, a monopolização da informação (via banco de dados corporativos internacionais) por parte de determinados agentes sociais e, ao mesmo tempo, inserir-se no novo contexto informacional, concebendo e produzindo tecnologias próprias.

Diante da nova configuração social, Nora; Minc (1980, p. 28) afirmam que: “Determinar uma política de informatização da sociedade é preparar o futuro.”. Para os autores, as TICs viriam a proporcionar a criação de redes de informação que ultrapassariam os cabos telefônicos. Porém, o Estado teria a missão de se apropriar dessas redes visando à futura garantia de acesso público a elas. Em relação à produção, os autores identificam que com a telemática o setor de serviços conheceria um salto de produtividade. Porém, eles alertam para

um possível desemprego em massa causado pela radical implantação da telemática nos setores produtivos da sociedade.

O consultor Toffler (1980) afirma que a humanidade teria passado pela Primeira Onda (a agrícola), pela Segunda Onda (a industrial) e estaria agora ingressando na *Terceira Onda* (a informacional, do conhecimento). “Esta civilização nova, desafiando a velha, deitará por terra as burocracias, reduzirá o papel do estado-nação e irá gerar economias semi-autônomas num mundo *pós-imperialista*.” (TOFFLER, 1980, p. 24, grifo nosso). Estar-se-ia passando por um *maremoto histórico*, uma ruptura total e radical com a Segunda Onda. A Terceira Onda caracterizar-se-ia pela: produção descentralizada (e personalizada, sendo assim desmassificada); trabalho em casa (teletrabalho); flexibilidade; democracia interativa; desmassificação das mídias; desenvolvimento da engenharia genética; pluralismo cultural; pleno emprego; e riqueza informacional.

Nessa perspectiva, a Nova Onda estaria sustentada e seria operacionalizada pela alta tecnologia, sendo a microeletrônica a indústria básica. Para o autor, a Terceira Onda seria uma sociedade com Estados-Nação mínimos ou inexistentes. Na Nova Onda os Estados-Nação seriam espremidos por pressões internas e externas, como por exemplo: grupos subnacionais e agências e organizações transnacionais. Toffler (1980, p. 361) acredita que a Terceira Onda acabaria com todos os problemas da humanidade: “Há um odor doentio no ar. É o cheiro de uma civilização moribunda da Segunda Onda.”.

Masuda (1982, p. 45, grifo do autor) projeta uma Sociedade da Informação na qual “[. . .] a *produção de valores informacionais, e não valores materiais, será a força motriz* da formação e do desenvolvimento dessa sociedade.”. A tecnologia informacional seria o âmago da Nova Sociedade. Ela *determinaria* a natureza fundamental da sociedade emergente. O autor acredita que a importância do computador na Nova Sociedade se dá em virtude dele, pela primeira vez na história das máquinas, poder *criar e fornecer informação*. Para Masuda

(1982, p. 68, grifo nosso) uma das vantagens do computador seria que este produz “[. . .] informação *independentemente* dos seres humanos.”.

Entre as características da Nova Sociedade, o autor menciona o direito ao uso ao invés do direito de propriedade e o predomínio do capital proveniente do conhecimento sobre o capital material na estrutura econômica. Na Sociedade da Informação idealizada por Masuda: a criatividade intelectual tomaria a dianteira sobre o desejo de consumo, visto que na Nova Sociedade haveria de tudo e em abundância; os seres humanos e a natureza viveriam em harmonia e entre os homens haveria plena democracia participativa; o poder centralizado e a hierarquização dariam lugar a uma sociedade multicentrada; ter-se-ia uma sociedade sem classes, *isenta* de poder dominante; e os homens teriam muito tempo para o lazer ou para seu pleno desenvolvimento intelectual, já que a automação liberaria eles da necessidade de trabalhar. Todas essas transformações ocorreriam sem guerras ou lutas de classes, sem revoluções ou agitações. As mudanças profundas ocorreriam de forma silenciosa e pacífica. Tudo isso devido às TICs.

Em um livro que se ocupa de *futurologia sócio-política*, Schaff (1993) delinea a *Sociedade Informática*. O estudioso atribui a corrente revolução – ele chama de segunda revolução técnico-industrial – à *tríade revolucionária*: microeletrônica, microbiologia e energia nuclear. “A segunda revolução, que estamos assistindo agora, consiste em que as capacidades intelectuais do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam o trabalho humano na produção e nos serviços.” (SCHAFF, 1993, p. 22). O autor acredita que todas essas tecnologias combinadas seriam usadas para eliminar os *problemas* (miséria, subdesenvolvimento, fome, doenças) dos chamados países do Terceiro Mundo.

Para a Nova Sociedade, Schaff projeta uma profunda distribuição de renda (que, em decorrência da alta produção proporcionada pelas tecnologias, aumentaria), o que poderia vir a caracterizar um novo socialismo. Apenas dessa maneira seria possível conviver com um

crescente desemprego estrutural causado pela automação e a robotização da produção e dos serviços. De outra forma, a sociedade vir-se-ia submersa em conflitos *causados* pelos inaniados do capitalismo informático. O pesquisador visiona uma sociedade sem trabalho (no sentido tradicional da palavra; o autor não se refere à atividade humana como um todo), também devido à automação e à robotização. A nova estratificação social aboliria a classe trabalhadora. Na Nova Sociedade a ciência assumiria a função de força produtiva.

A Sociedade Informática possibilitaria uma revolução na vida política da sociedade. Devido às TICs, os cidadãos poderiam participar da política sem serem, necessariamente, mediados por seus *representantes*. Entre outras características da Sociedade Informática, estariam: fim das barreiras artificiais entre culturas; risco de desinformação segundo o modelo da sociedade do consumo e risco de bancos de dados centralizados e de controle sobre o indivíduo; abundância de informações; e aumento das horas destinadas ao lazer. Para Schaff (1993, p. 144) “[. . .] a riqueza material perderá seu caráter de valor que determina o objetivo da atividade humana em massa [o *ser* sobrepujaria o *ter*].”.

Outro autor de projeção é Negroponte (1997). Ele alerta que se estaria passando para a Era da *Pós-Infirmação*. O autor caracteriza essa Era, afirmando que nela a informação seria totalmente personalizada (a cada pessoa uma informação singular) e por encomenda, haveria pouca transmissão em tempo real (o usuário é que determinaria quando gostaria de recebê-la). Na nova Era: haveria uma ampla rede informacional que envolveria todo o planeta; o aprendizado seria interativo com o computador; seria possível criar uma rede de solidariedade entre os jovens e os idosos (onde esses trocariam vivências); e os eletrodomésticos tornar-se-iam inteligentes e poderiam até falar com seus consumidores.

Negroponte (1997, p. 159) visiona uma sociedade sem barreiras geográficas ou temporais: “A vida digital exigirá cada vez menos que você esteja num determinado lugar em determinada hora [. . .]”. O autor afirma que seria impossível interromper, refrear, controlar,

pois as redes tornam nulas as noções de centralidade, de territorialidade e de materialidade. Tudo isso devido à tecnologia digital, que, com a substituição dos átomos (material) pelos bits (imaterial), viria a fazer de nossa existência uma *vida digital*. Negroponte (1997, p. 219, grifo nosso) afirma que essa vida: “É quase genética em sua *natureza*, pois cada geração *vai se tornar* mais digital do que a anterior.”.

Atento às transformações da sociedade contemporânea, Lojkine (1999) afirma que estar-se-ia atravessando uma *Revolução Informacional*. Para o autor, essa revolução seria subsequente à revolução industrial (que estaria terminando). A Revolução Informacional em curso anunciaria, potencialmente, o nascimento de “[. . .] uma nova civilização, *pós-mercantil*, emergente da ultrapassagem de uma divisão [. . .] entre os que produzem e os que dirigem a sociedade [. . .] divisão social entre os que têm o monopólio do pensamento e aqueles que são excluídos deste exercício [. . .]” (LOJKINE, 1999, p. 11, grifo do autor). Entre as características dessa nova civilização estariam: flexibilidade e polifuncionalidade (em virtude das diversas possibilidades de aplicação das TICs) e organização social em redes descentralizadas. Na Nova Sociedade haveria uma delgada interconexão entre produtos e serviços, espaço profissional e espaço residencial, empresas, laboratórios e coletividades territoriais.

No âmago dessa revolução estaria “[. . .] a transferência, para as ‘máquinas’, de um novo tipo de funções cerebrais abstratas (o que propriamente caracteriza a automação) [. . .]” (LOJKINE, 1999, p. 14). Porém essa revolução não seria isenta de crises e problemas. O autor considera como desafio central da Revolução Informacional a *partilha da informação*. Esse desafio envolveria a divisão entre os países centros, detentores da informação (os informados), e os países da periferia (os desinformados). Por isso, caberia aos países criarem políticas para evitarem sua exclusão e sua exploração pelas *engrenagens da sociedade da informação*. No entanto, o autor não atribui essa luta pela divisão da informação apenas aos

governos. Para ele, tratar-se-ia de uma luta (que inclui, também, o combate à mecânica aplicação das TICs nos atuais meios de produção) onde todos (operários, assalariados, cidadãos, organizações, etc.) devem participar.

Outra abordagem de destaque em relação ao tema é a de Castells (1999). O autor afirma que a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo possibilitaram a introdução de uma nova sociedade, a *Sociedade em Rede*. Castells caracteriza essa sociedade pela: globalização das atividades econômicas; flexibilização e precarização do emprego; individualização da mão-de-obra; e pela transformação das noções tradicionais de tempo e espaço – por meio da criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como instrumentos e expressões das elites dominantes. Na Nova Sociedade, também chamada por Castells de *Informacional*, a rentabilidade e a competitividade dependeriam da capacidade dos agentes sociais em transformar informação em conhecimento que, por sua vez, seria o fator principal para a maximização da produtividade.

Em sua trilogia *A Era da Informação*, Castells descreve, analisa e projeta os elementos deste *mundo novo* que em sua *globalidade* penetra em *todos os níveis* da sociedade. A Nova Sociedade operacionalizar-se-ia por meio de redes (de computadores, de comunicações, de movimentos sociais) descentralizadas e globais que, influenciando e sendo influenciadas pelo ambiente social, acabariam por *integrar o mundo*. Essas redes possibilitariam ao capital financeiro e especulativo uma ampla mobilidade. Por meio das redes seria possível a transferência de bilhões de dólares em poucos segundos de uma praça financeira à outra. Isso acarretaria uma grande instabilidade financeira às diversas economias globais. O autor está atento para o possível viés da nova configuração: o surgimento do Quarto Mundo. Ou seja, a solidificação de buracos negros de miséria humana na economia global.

Mesmo ciente do fato que só a tecnologia não determina a sociedade, Castells acredita que um Estado que se aproprie dessas tecnologias para entrar num processo de modernização

acelerada seria “[. . .] capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em *poucos anos*.” (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 26, grifo nosso). Porém, o mesmo autor antevê um Estado cada vez mais destituído de poder, embora não de influência, em virtude da ação dinâmica dos fluxos globais e das redes de riqueza, informação e poder transnacionais. Ainda assim, Castells (1999, v. 3, p. 437) acredita no poder da informação para a construção de uma sociedade melhor: “Não existe nada que não possa ser mudado por ação social consciente e intencional, munida de informação [. . .]”.

Embora ciente do fato de que as TICs não são determinantes mas sim condicionantes, Lévy (2000) argumenta que a inserção dessas tecnologias na sociedade viria a acarretar um novo fenômeno: a *Cibercultura*. Essa seria “[. . .] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço [é o espaço, o meio onde a Cibercultura se desenvolve, também chamado de redes].” (LÉVY, 2000, p. 17). Entre as características da Cibercultura estariam: globalização concreta das sociedades; processamento rápido, preciso, automático e em grande escala; subversão da noção clássica de comunicação de massa *um-todos* para a comunicação *todos-todos* proporcionada pelas TICs; conhecimento por simulação; interatividade; comunidades virtuais; interconexão; educação a distância; democracia eletrônica; cibercidades; fim dos monopólios da expressão pública; transformação do produtor em consumidor de informações e vice-versa; e superação das barreiras geográficas.

Na abordagem de Lévy, a Cibercultura seria um campo de inúmeros conflitos entre diversos atores sociais. Isso se daria em virtude de que “[. . .] cada ponto de vista na rede, cada interpretação da cibercultura pode ser conectada a um conjunto de interesses e de projetos.” (LÉVY, 2000, p. 207). O autor acredita que as TICs poderiam ser utilizadas pelos indivíduos para aprimorarem conceitos e práticas, como, por exemplo, a democracia. As

tecnologias informáticas poderiam ser o meio para múltiplos debates entre os cidadãos das mais diferentes localidades. Todos eles juntos viriam a criar uma *inteligência coletiva*. Essa inteligência seria capaz de implantar e implementar uma *democracia eletrônica*. Para Lévy nada estaria previamente determinado na nova etapa histórica, tratar-se-ia de um processo dinâmico em constante metamorfose.

Essas são algumas das abordagens mais citadas, de maior projeção na literatura, que afirmam, valendo-se dos mais diversos argumentos, que se estaria em uma *nova sociedade*. Elas são abordagens *positivas* ou *orgânicas*. Contudo, há uma outra corrente de autores que afirmam que *não se estaria em uma nova sociedade*. A seguir, apresenta-se alguns autores desse grupo e seus respectivos argumentos.

2.2 A INFORMATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Contrapondo as concepções supracitadas, têm-se um grupo de pesquisadores que não acredita, apesar de reconhecer que a informação tem tido um papel especial na vida contemporânea, que se estaria numa nova sociedade. Ao contrário, a informação configurar-se-ia em um contexto antigo. Estar-se-ia apenas informatizando o estabelecido. A informação e as concepções apologéticas a seu respeito, seriam apenas uma nova ferramenta para práticas sociais já estabilizadas, como, por exemplo, a *exploração capitalista*. Por conseguinte, a informação não acarretaria nenhuma novidade em relação à *essência* da sociedade. Além do mais, estar-se-ia informatizando apenas segmentos da sociedade. A informatização (incluindo seus benefícios) não alcançaria a todos. Seguem-se alguns autores e suas respectivas concepções em relação a esta facção.

Para Roszak (1988, p. 15), os discursos panegíricos em torno do computador e da informação seriam acima de tudo um produto “[. . .] dos exageros da publicidade, das ficções da mídia e da propaganda comercial.”. Para o autor, a noção de Sociedade de Informação estaria cercada de interesses políticos que acabariam por direcionar o rumo das discussões em torno do assunto. Roszak atribui toda a imprecisão em torno da noção de Sociedade da Informação a duas premissas: a primeira seria aquela que extrai o caráter semântico intrínseco à informação e a iguala a um sinal físico²; e a segunda aquela que equipara informação e conhecimento³. A partir delas, a informação e seu *casulo técnico* (o computador) teriam sido elevados a divindades com o fim em si próprios.

Ao contrário das arengas informacionais que concedem às TICs um poder próprio, além do controle humano, Roszak lembra que a criação, produção, adoção e conversão para as TICs é o resultado de escolhas conscientes e calculadas por parte das lideranças políticas e das corporações. Para o autor, antes de estarem constatando uma nova sociedade, de estarem prevendo o futuro e de estarem oferecendo soluções para os dilemas da humanidade, os ideólogos positivos da noção de Sociedade da Informação estariam *vendendo*. Vendendo produtos tecnológicos, livros, plataformas políticas, esperanças, etc.

Averso às concepções mecanicistas em relação à informação e ao computador – que acaba por ser supostamente dotado de faculdades como memória, arbítrio e raciocínio – Roszak (1988, p. 73) lembra que os seres humanos “[. . .] vieram antes dos mecanismos [e] são muito mais notáveis do que os instrumentos que eles possam inventar [. . .]” ainda mais quando não estão “[. . .] contando estórias ou adorando deuses.”. Para o autor, antes de uma Sociedade da Informação, ter-se-ia grupos com interesses ínfimos nos usos comunitários dos computadores que estariam trabalhando no sentido de moldar a tecnologia a fim de servir a

² Roszak outorga a responsabilidade pela primeira premissa ao trabalho de C. Shannon e W. Weaver, *The Mathematical Theory of Communication* (1949) e sua subsequente popularização no meio acadêmico.

³ Para uma distinção entre os conceitos de informação e conhecimento *ver* Clarke (1999) e Sirihal; Lourenço (2002).

seus propósitos. Esses grupos estar-se-iam valendo de inúmeras representações simbólicas para ocultar isso e incrustar no imaginário coletivo uma Sociedade da Informação, mediada e impulsionada pelo computador e pela mera abundância *quantitativa* de informações.

O trabalho de Webster (1995) ressalta que as concepções positivas em relação à noção de Sociedade da Informação são mormente incompletas e/ou imprecisas. Em sua maioria, acreditam que, por si só, a inovação tecnológica resulta em mudança social. Para o autor, tudo se resumiria em uma questão de grau e de critério, pois quantidade não implicaria qualidade. Não se nega que há uma maior gama de tecnologias aplicadas nos mais diferentes ramos da sociedade; é passível de evidência que há uma maior circulação de informações. Há mais tecnologia e informação, mas a questão é: isso implicaria em alguma mudança estrutural em relação à sociedade? Para Webster o núcleo social – capitalista (em todas suas implicações) – permaneceria intacto senão aprimorado. Webster (1995) também acredita que muito da problemática em torno da noção de Sociedade da Informação dar-se-ia em virtude da extração do caráter semântico, significativo da informação com o intuito de equipará-la a um sinal sintático.

O autor afirma que para uma autêntica apreciação do que seria uma Sociedade da Informação – o quanto ela seria diferente ou similar a outros sistemas sociais – dever-se-ia examinar o significado e qualitativamente a informação. Para Webster (1995, p. 29, tradução nossa) a resposta para as perguntas: “Que tipo de informação tem aumentado? Quem tem gerado a informação e que tipo de informação tem-se gerado, para quais propósitos e com quais conseqüências?” traria à tona o quão rasas, particulares e deterministas são as concepções positivas em relação à noção de Sociedade da Informação. O autor afirma que essas concepções acabariam por separar a técnica do contexto social, dando a ela uma primazia em relação ao social. Webster ressalta que se fala muito em bits, preço, valor, sinais e muito pouco em significado.

Argüindo que a implantação e o uso das TICs não teriam implantado nenhuma diretriz ou rumo essencialmente novos na sociedade, Kumar (1997) traz ao debate a questão da ideologia da Sociedade da Informação. Kumar (1997, p. 44) salienta que as TICs estariam sendo aplicadas “[. . .] em uma estrutura política e econômica que confirma e reforça padrões existentes, ao invés de gerar outros. [. . .] Os instrumentos e as técnicas podem mudar, mas os objetivos e finalidades supremos das sociedades industriais capitalistas permanecem os mesmos.”. O autor atenta que as TICs estariam sendo utilizadas como instrumentos para aprimorar velhas práticas de exploração e dominação. Apesar de toda tecnologia – e seus benefícios potenciais para a humanidade – a busca desvairada pelo lucro permaneceria intacta tanto quanto os princípios da busca pela progresso, poder e controle.

O pesquisador acredita que a idéia de Sociedade da Informação desenvolver-se-ia em um período que presencia a decadência da vida pública. A noção positiva de Sociedade da Informação viria para legitimar a ascensão do reinado do individualismo, da subjetividade, da personalização *em linha*. Sim, porque apenas o consumo seria individualizado, pois os interesses por trás dessa idéia continuariam, talvez mais do que antes, corporativos. Embora a inserção das TICs tenha, talvez, mudado, de alguma maneira, atitudes sociais, privadas, o autor não acredita que isso tenha, até agora, caracterizado uma nova ordem social. Por tudo isso, Kumar conclui sua obra afirmando que, por alegar a existência de uma nova sociedade, a noção positiva de Sociedade da Informação merece o rótulo de ideológica.

Na literatura brasileira, a discussão em torno da noção de Sociedade da Informação é enriquecida com a abordagem de Santos (2001). Buscando exaurir qualquer fetiche técnico, o autor adverte que a técnica não pode ser tomada como algo absoluto em si mesma. Ela apenas se realiza com a intervenção humana, seja política, seja empresarial. Para Santos (2001, p. 38), antes de caracterizar uma nova sociedade, a informação serviria como um dos “[. . .] alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das

fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos [. . .]”. Tratar-se-ia da *violência da informação*.

A respeito das TICs, o pesquisador afirma que elas estariam sendo utilizadas por determinados atores em função de seus objetivos particulares. Com isso agravar-se-iam as desigualdades sociais. Para o autor, a explosão informacional envolveria, antes de uma disseminação plural de conhecimentos a todos, a transmissão de informações manipuladas destinadas a desinformar. Antes de ser um insumo para o desenvolvimento das populações dos mais diversos setores da sociedade atual, a informação estaria nas mãos de um número extremamente limitado de corporações.

Em relação aos discursos contemporâneos – por exemplo, o que envolve a noção de Sociedade da Informação – Santos (2001, p. 39) alerta que o fato é “[. . .] que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas. [. . .] Estamos diante de um novo ‘encantamento do mundo’, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim.”. Contudo, o autor acredita no potencial das TICs de, se bem aplicadas, reverterem a lógica corrente em relação à informação.

Para Mattelart (2002b, p. 402-3) o discurso positivo de uma Sociedade da Informação não passaria de uma tecnoutopia que “[. . .] converteu-se em uma arma ideológica de primeiro plano nos tráficos de influências, com vistas a naturalizar a visão livre-comercista da ordem mundial.”. O autor alerta que a doutrina das redes de informação seria a interface e o instrumento para a operacionalização dos novos sonhos de hegemonia dos estadunidenses. Estar-se-ia testemunhando um *imperialismo em redes*. Antes de um programa participativo elaborado por diversas camadas da sociedade, Mattelart (2002a) concebe o projeto tecnoinformacional como uma política que estaria sendo imposta de cima para baixo pelas classes governantes, estando por isso afastado dos debates públicos.

Quanto ao discurso redentor das TICs contemporâneas, Mattelart (2002a) argúe que ele estaria presente em cada nova geração técnica. A cada nova tecnologia ascender-se-ia as promessas de democracia participativa, de justiça social, de prosperidade, da união entre os homens, etc. No entanto, o autor também lembra que a cada nova tecnologia verificar-se-ia uma amnésia em relação à tecnologia anterior. Assim, qualquer fracasso ou decepção em relação às tecnologias antecedentes não pareceria abalar o prestígio e esperança depositados nas novas tecnologias.

A partir da segunda metade do século XIX, a representação redentora das técnicas de comunicação e de transporte se une com as grandes narrativas da democracia e do progresso. Dessa maneira, têm sido mister dos Estados-Nação criarem políticas nacionais de desenvolvimento visando alcançar o progresso redentor. Para Mattelart (2002a), o problema estaria no olvido histórico que não percebe que a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção política. Assim, longe de ser uma coisa natural, determinada e inevitável, ela seria um projeto que visa a determinados resultados e não outros.

Antes de designar uma nova sociedade, a noção positiva de Sociedade da Informação denominaria um modelo de origem delineada: os Estados Unidos. Além de oferecerem um modo de ação (gerencial e científica), os estadunidenses imporiam ao mundo um estilo de vida. Por tudo isso, Mattelart (2002b, p. 418-9) adverte que: “É preciso [. . .] desconfiar das designações fetiches que, fazendo tábula rasa do passado e consagrando a última expressão em voga, impede[m] toda inteligência política da história em curso.”. Todavia, apesar da atual configuração das tecnologias, o autor acredita que, potencialmente, as TICs poderiam servir de instrumento para que diversos atores sociais possam, por meio delas, reverter a situação corrente e criar um mundo mais informado e cidadão.

Apresentou-se, acima, algumas das concepções *negativas* em relação à noção de Sociedade da Informação. Os autores aduzidos não estão satisfeitos com a afirmação de que

se estaria vivendo em uma nova sociedade, em uma nova era do desenvolvimento da humanidade. Para eles a aplicação das TICs não estabeleceu, ainda, qualquer preceito essencialmente inédito no âmago da sociedade. Continuar-se-ia no modo de produção capitalista. Mais do que isso, muitos dos seus argumentos viriam a evidenciar a emergência de uma *Sociedade da Desinformação*⁴, ou seja, uma sociedade caracterizada por informações falsas, ideológicas, hegemônicas e/ou privadas, manufaturadas por grandes conglomerados transnacionais. Em outras palavras, uma sociedade onde a informação é uma mercadoria: privatizada e dolarizada. Uma sociedade caracterizada pelo acesso segregado às TICs, onde apenas uma minoria poderia usufruir das vantagens das novas tecnologias e da informação.

Na próxima seção aborda-se o contexto onde se insere a noção de Sociedade da Informação. Em seguida, busca-se relacionar esse contexto com as concepções apresentadas em relação a essa suposta sociedade, procurando relacionar as idéias expressas pelos autores mencionados com as condições sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais do mundo atual.

2.3 A NOÇÃO, O CONTEXTO E A INTENÇÃO

A noção de Sociedade da Informação surge em determinado contexto. Esse, influencia e direciona o debate e as práticas em torno do tema. Pois o contexto é produtor e, de certa forma, produto dos pensamentos (idéias, conceitos, *noções*, concepções, valores, etc.) que são, por sua vez, expressões dos interesses de determinados grupos sociais (MANNHEIM, 1982). Portanto, não existe nenhum produto da ação humana (física e mental) que não seja vinculado a algum contexto e, conseqüentemente, a algum interesse (WIRTH, 1982). Assim, se a noção

⁴ Para Le Coadic (1996, p. 6): “A informação torna-se desinformação quando o conhecimento inscrito é alterado, falsificado (informação falsa), ou está ausente (não-informação).”.

de Sociedade da Informação desenvolve-se em uma direção e não em outra, é porque há agentes sociais (e seus respectivos propósitos) que assim o desejam, impulsionados por determinada conjuntura social. Afinal, o mesmo fato (por exemplo, o fenômeno Sociedade da Informação) sob a influência da *vontade* e do *ponto de vista*, pode conduzir a concepções divergentes da situação total (MANNHEIM, 1982).

Existem modos de pensamento que não podem ser interpretados adequadamente enquanto se mantiverem obscuras, ocultas suas origens contextuais (MANNHEIM, 1982). Por meio da Sociologia do Conhecimento⁵, Mannheim (1982, p. 94) buscou “[. . .] observar como e sob que forma a vida [e a produção] intelectual em um dado momento histórico se relaciona[m] com as forças políticas e sociais existentes.”. O autor afirma que o pensamento é condicionado pela vida social dos sujeitos cognoscentes. Há uma relação direta, porém complexa, entre o pensamento humano e o contexto dentro do qual surge. Por isso, não existe nenhum conhecimento absoluto, ilimitado, imparcial, estático, uniforme e inflexível. Toda visão de mundo, perspectiva é relacionada, relativa a um contexto e a um conjunto de interesses de determinados agentes sociais.

Para a interpretação das concepções em torno da noção de Sociedade da Informação, quatro conceitos são importantes. Por meio deles é possível interpretar o quadro onde – e como, porquê e para quem – se insere essas perspectivas. São eles: ideologia, hegemonia, globalização e neoliberalismo. Os dois primeiros operacionalizam e impulsionam a disseminação das idéias e das práticas em torno do tema; os dois últimos referem-se propriamente ao contexto onde a noção de Sociedade da Informação emerge e desenvolve-se. Após a apresentação desses conceitos, procede-se uma análise na qual se relaciona as

⁵ De modo geral, a Sociologia do Conhecimento procura averiguar as condições sociais para o surgimento, a divulgação e a manutenção do conhecimento na sociedade; sempre sobre o prisma que o conhecimento é uma construção social. Para maiores informações sobre essa subdisciplina da Sociologia, ver o quinto capítulo da obra de Mannheim (1982) e o trabalho de Berger; Luckmann (1987).

concepções em torno da noção de Sociedade da Informação supra-apresentadas com os mesmos.

2.3.1 Ideologia

Desenvolvido a partir da obra de Marx; Engels (1987), o conceito de ideologia refere-se a um conjunto de idéias, atitudes, valores, noções e representações que servem para justificar e legitimar o *status quo* e, deste modo, conter e/ou anular os movimentos de mudança social que buscam o bem-estar material da *maioria*. Ou seja, ideologia é o conjunto de produtos do pensamento que dirigem a atividade humana com vista à manutenção, estabilização e reprodução da ordem vigente (MANNHEIM, 1982). Os sujeitos a quem interessam as condições correntes da sociedade, incrustam, consciente e inconscientemente, na perspectiva coletiva, por meio das *estratégias ideológicas*, o mundo como algo estático: *é assim, sempre foi assim, é inevitável, é natural*.

Entre as estratégias ideológicas estão: a *naturalização* (os fenômenos humanos, culturais são tomados como fenômenos naturais); a *universalização* (tomar o particular como o total); a *eternalização* (representar o passageiro como permanente); a *racionalização* (explicar o inexplicável; apresentar a desvantagem como vantagem); a *normalização* (o bizarro torna-se comum); a *omissão* (deixar de dizer o essencial); o *tropo* (emprego de palavras ou expressões em sentido figurado); a *simbolização da unidade* (o diverso, o conflitante é tomado por único, harmonioso); e a *eufemização* (suavização de expressões tristes ou chocantes por meio de palavras delicadas e suaves) (EAGLETON, 1997; GUARESCHI et al., 2000; GUARESCHI, 2002).

Outras dessas estratégias são a *reificação* e o *fetichismo*. A primeira diz respeito ao processo em que uma idéia ou conceito é tratado como se fosse algo real e concreto. A segunda, refere-se à transformação de um objeto animado ou inanimado, produto da ação

humana ou natural, em algo sobrenatural digno de culto e adoração. Nesses processos, criador e criação são separados, sendo que a segunda ganha uma força superior e domina o primeiro (MARX; ENGELS, 1987). A coisa vira social, e o social vira coisa (CHAUI, 1982).

A ideologia é uma *força* imaterial que acaba por mediar as relações materiais entre os homens. Ela toma o lugar da prática fazendo com que a realidade dependa das idéias. Graças a ela, muitas pessoas não percebem sua própria espoliação, apropriação e exploração. Devido a sua ação, as contradições e os conflitos sociais acabam, muitas vezes, reprimidos e/ou obscurecidos, enfim, a própria realidade social aparece transfigurada e travestida, o que impossibilita qualquer ação social transformadora e consciente.

2.3.2 Hegemonia

Da forma como foi desenvolvido por Gramsci⁶, pode-se definir hegemonia como um complexo de atividades culturais, ideológicas e morais que moldam, organizam, direcionam e induzem ao consenso. A hegemonia refere-se ao processo no qual certos agentes sociais tornam legítima – por meio de um sistema de relações e mediações – sua posição e obtêm consentimento, quando não, plena aceitação, frente a ela (TORTORELLA, 2003). Ela é uma categoria mais ampla que a ideologia. Ela *inclui* a mesma. A ideologia é apenas um dos momentos do processo hegemônico. (EAGLETON, 1997).

A hegemonia faz com que as visões de mundo particulares, vinculadas a determinados interesses e a determinados agentes, apresentem-se como a visão de mundo de *todos*, para o interesse de *todos*. Por meio da hegemonia, os valores e os interesses de determinado grupo dominante infiltram-se no tecido social até o ponto em que os grupos subjugados, por meio de processos de *interiorização*, acabam por pensar, aspirar e até agir como os opressores. Em

⁶ Antonio Gramsci (1891-1937) foi um comunista revolucionário italiano. De 1926 até o ano de seu falecimento, ficou confinado nos cárceres italianos por ordem do regime fascista. Nesse período escreveu sua principal obra que ficou conhecida como os *Cadernos do Cárcere*. Para uma introdução à vida e à obra desse Homem, ver Lajolo (1982).

vista disso, determinados agentes sociais são hegemônicos quando “[. . .] suas idéias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando esses lutam contra essa dominação.” (CHAUI, 1982, p. 110). Portanto, conquistar a hegemonia é instituir, de modo sutil, tenaz e complexo, uma liderança intelectual, moral e política na vida social (EAGLETON, 1997).

Uma das funções mais importantes da hegemonia é fazer com que o poder e a dominação não se tornem explícitos para os subordinados. Se esses tornam-se manifestos, os dominados podem vir a se revoltar. Assim, busca-se o consentimento; a direção ao invés da coerção. Se os grupos hegemônicos valessem-se de coerção física, seu poder político certamente entraria em crise. Por isso, é mais seguro e estável que os dominantes mantenham seu *status* por meio da fabricação do consenso, da criação e da manutenção de estratégias que representem sua dominação como justa e razoável, em prol do benefício de *todos*. Enfim, a estabilidade de determinada dominação requer a construção de uma visão, concepção de mundo padrão, na qual os interesses particulares de determinados grupos apareçam como se fossem os interesses de todos os membros da sociedade (SIMIONATTO, 1998).

2.3.3 Globalização

Embora apresentado nos discursos políticos e na mídia como algo contemporâneo, o fenômeno de globalização é secular. Com etapas de maior ou menor intensidade, a globalização vem desenvolvendo-se ao longo dos últimos cinco séculos. Trata-se de um processo intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção: expansivo em relação a territórios, populações, recursos e processos e experiências culturais (VILAS, 1999). A globalização acarreta uniformização de padrões econômicos e culturais em torno de todo planeta. Porém, ela não implica em uma homogeneização das riquezas. Pois a globalização, por meio de processos de unificação e integração, acaba por causar uma

concentração de poder e renda, que pode chegar a monopolização (AUN, 1997; BOURDIEU, 2001). O fenômeno de globalização atende também por termos como: mundialização e ocidentalização.

Em sua fase atual, esse fenômeno, impulsionado e operacionalizado pela revolução tecnológica, caracteriza-se pelo: aumento do comércio internacional num percentual superior ao aumento da produção dentro dos Estados-Nação; ligação de lugares e acontecimentos locais em escala planetária; internacionalização do capital financeiro e especulativo; dolarização das economias nacionais; desterritorialização; mundialização da produção e do consumo industrial e cultural; e formação de blocos econômicos regionais (AUN, 1997; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1997; VIZENTINI, 1997). A globalização busca transformar qualquer aglomerado humano, onde quer que esteja, em mercado. Ela vem mundializando “[. . .] instituições, padrões e valores socioculturais, formas de agir, sentir, pensar e imaginar.” (IANNI, 1998, p. 19).

Nesse processo o colonizador, o Homem Branco, passa para os bastidores e a técnica e o desenvolvimento tomam seu lugar (LATOUCHE, 1994). Por meio da tecnologia e de suas potenciais aplicações – quase sempre apresentadas como panacéias técnicas – globaliza-se a ambição ao desenvolvimento. A técnica, a ciência e a economia têm sido pressagiadas como a via milagrosa em direção ao poder e à vida dos *civilizados*. Mediante o espargimento dos valores dos chamados *países desenvolvidos* ou de *Primeiro Mundo*, inovações científicas, técnicas, sociais, comportamentais são aspiradas com ansiedade pelas elites e governos dos *países em desenvolvimento* (MATTELART, 2002a). Toma-se determinado país – atualmente os Estados Unidos – como um marco zero, um modelo ao qual se deve, de qualquer maneira, igualar-se, não importando as possíveis conseqüências a longo prazo (ORTIZ, 1994).

Tais práticas criam diversas problemáticas. Os agentes sociais nativos acabam por se submeter a um mimetismo que beira a caricatura e o burlesco. Um mimetismo acrítico e

descontextualizado que ignora a realidade da Nação na qual o modelo é imposto. Além do mais: “O grupo invadido não pode mais se reconhecer senão pelas categorias do outro.” (LATOUCHE, 1994, p. 31). Com isso, identidades locais e nacionais entram em contradições e surgem fenômenos de fragmentação que dificultam processos e práticas locais, como, por exemplo, políticas *nacionais*.

2.3.4 Neoliberalismo

Apresentado pelos economistas do *Primeiro Mundo* como uma panacéia econômica, o neoliberalismo (muitas vezes incrustado na expressão *Nova Economia*) é a doutrina político-econômica da etapa atual do processo de globalização; trata-se do capitalismo em seu estágio corrente: hegemônico e global. Entre suas características, estão: desestatização da economia; privatização de empresas governamentais lucrativas e produtivas e dos sistemas de saúde, educação e previdência; redução dos encargos sociais relativos aos assalariados; informatização de processos produtivos, decisórios e de comercialização; abertura de mercados; e reforma do Estado (IANNI, 2002).

Analisando essa doutrina, Bourdieu (1998) assinala que ela é o retorno ao capitalismo em sua acepção mais selvagem e radical, na qual os interesses de pequenos grupos controlam a maior parte da vida da maioria da sociedade. No entanto, o mesmo autor espreita que todo processo é racionalizado, buscando por meio de técnicas modernas, de gestão e manipulação da opinião e do gosto do público, investir menos e lucrar mais. É o reinado absoluto do mercado. Nesse regime o cidadão transforma-se em consumidor e a informação em mercadoria. É a doutrina do mercantilismo total.

O intuito do neoliberalismo é “[. . .] transformar a economia mundial, reforçando simultaneamente o domínio das nações e grupos sociais atualmente hegemônicos.” (CARRION; VIZENTINI, 1997, p. 9). Os principais guardiões do neoliberalismo têm sido o

Fundo Monetário Mundial (FMI), o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD) e a Organização Mundial de Comércio (OMC). Essas instituições vêm, principalmente nos *países em desenvolvimento*, propondo e impondo políticas econômicas que expressam os interesses dos grupos, classes e blocos de poder transnacionais (IANNI, 2002).

Os economistas neoliberais advertem que os *países subdesenvolvidos* só alcançarão sua modernização e desenvolvimento, ou seja sua inserção no mundo globalizado, perante a adoção de políticas econômicas tais como: abertura da economia à concorrência internacional; desregulamentação dos mercados internos, em especial do mercado de trabalho; e realização de uma ampla privatização das empresas estatais. “Em outras palavras, as reformas econômicas devem ser feitas de forma a permitir a maior liberdade possível ao capital em sua busca máxima pelo lucro.” (MALDONADO FILHO, 1997, p. 23). Essa doutrina clama por um Estado-Nação mínimo, o que acarreta a destruição de projetos genuinamente nacionais, bem “[. . .] como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global.” (IANNI, 1999, p. 130).

Entre as promessas oferecidas pelos teóricos do neoliberalismo estão: redução do desemprego; elevação do crescimento econômico; fim dos desequilíbrios no comércio internacional; e estabilização dos preços e do próprio sistema econômico, ou seja, uma economia próspera e eficiente (MALDONADO FILHO, 1997). Porém, cerca de duas décadas de práticas neoliberais têm oferecido conseqüências tais como: crescimento da desigualdade econômica e social; aumento significativo da pobreza; esgotamento dos recursos naturais do planeta; uma economia global instável; e prosperidade e riqueza sem precedentes para os ricos (McCHESNEY, 2002).

Como uma última asserção, ressalta-se o caráter determinista que envolve os conceitos de globalização e neoliberalismo. Ambos são apresentados (seja em relatórios oficiais, seja nos meios de comunicação de massa) como algo extraordinariamente poderoso, que obriga os países a assimilá-los de um modo que não lhes deixa alternativas. Esses conceitos são apresentados como uma fatalidade econômica-política-histórica-social (BOURDIEU, 1998; VILAS, 1999). De fato, Ortiz (1999) ilustra tal situação lembrando o tipo de termos que a mídia e a literatura usam para se referir a aspectos desses conceitos. Usam-se termos como *onda*, *maré*, *oceano*, *maremoto*, *terremoto*, etc., ou seja, fenômenos naturais. Com isso, dá-se a impressão que a globalização e o neoliberalismo, incluindo suas respectivas crises, são coisas da *natureza*, inevitáveis, nada pode ser feito para contê-los, não há outro caminho possível a não ser render-se a eles e esperar a *calmaria*.

2.3.5 Sociedade da Informação, Globalização e Neoliberalismo

A partir do trabalho de Mannheim (1982) que atenta para a relação entre o pensamento (idéias, noções, etc.) e o contexto, pode-se afirmar que as concepções a respeito da noção de Sociedade da Informação – tanto as positivas, quanto as negativas – apresentam uma ligação intrínseca com os objetivos e práticas da globalização e do neoliberalismo, seja legitimando-os, seja contestando-os. Por meio de um vocabulário e de um discurso mágico e fatalista, muitas das concepções relativas ao tema buscam justificar a *nova ordem mundial*, fazendo com que ela se apresente como algo positivo, desenvolvimentista, inevitável. Por outro lado, algumas das concepções apresentadas alertam para os perigos e intenções camufladas nesse contexto que, sob a bandeira do progresso e do bem-estar, escondem toda uma lógica perversa, toda uma *nova desordem mundial*.

A maioria das concepções positivas em relação à noção de Sociedade da Informação, por meio de promessas, prescrições, constatações empíricas e estratégias ideológicas,

legitimam e justificam o projeto de globalização e do neoliberalismo. Autores como Toffler (1980), Negroponte (1997), Castells (1999), Lévy (2000) entre outros, projetam e/ou descrevem a Nova Sociedade valendo-se de argumentos como: *desterritorialização*; *desregulamentação*; *desestatização*; *competitividade*; *liberalização*; *desenvolvimentismo*; *flexibilidade*; *informatização*; *atemporalidade*; *etc.* Ou seja, esses autores caracterizam a Nova Era dentro dos auspícios conceituais da globalização e do neoliberalismo.

Por isso, de maneira deliberada ou não, alguns ideólogos positivos da noção de Sociedade da Informação, antes de caracterizarem uma nova sociedade acabam por descreverem o papel das TICs no processo de globalização e na aplicação da doutrina neoliberal. Afinal: “As novas tecnologias [. . .] têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho [. . .]” (WERTHEIN, 2000, p. 72). Portanto, ao invés de medirem o impacto das TICs na sociedade – e se isso viria a configurar uma nova sociedade – esses autores relatam como as TICs têm operacionalizado (ou como elas poderiam fazê-lo) a globalização e o neoliberalismo. Talvez seja por isso que uma parcela dos ideólogos positivos da noção de Sociedade da Informação e certos agentes sociais estejam tão confiantes no futuro informacional: “[. . .] porque o que será é mais ou menos como o que é.” (JACOBY, 2001, p. 214).

Já as concepções negativas são uma manifestação de resistência, de raciocínio e de crítica frente ao dito *inevitável*. Essas concepções buscam o que as concepções positivas não dizem, ou não querem dizer. Por meio de uma análise racional e coerente, elas afirmam que outra Sociedade da Informação é possível, assim como outro mundo o é. Autores como Santos (2001), Mattelart (2002a, 2002b) entre outros, alertam para a relação sinistra entre a globalização e o neoliberalismo e as novas tecnologias. Eles ressaltam que antes de um projeto redentor, para o bem da humanidade, essa suposta Nova Sociedade é a concretização

das pretensões mercantis, particulares e hegemônicas de certos agentes sociais e de certos Estados.

Através do fetiche do computador, da reificação da técnica e da mercantilização da informação, busca-se impor uma visão única de desenvolvimento, enfim, uma concepção una de mundo. Visão essa que está dentro do modelo global e neoliberal. Por tudo isso pode-se dizer que a suposta Sociedade da Informação “[. . .] informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes.” (DEMO, 2000, p. 41).

Ou até, diante dos projetos e ações hegemônicas de certos Estados, poder-se-ia falar em uma Sociedade da Informação se adotada a acepção de Latour (2000, p. 23) para o conceito de informação, na qual essa “[. . .] não é uma forma no sentido platônico do termo, e sim, uma relação muito prática e muito material entre dois lugares, o primeiro dos quais negocia o que deve retirar do segundo, a fim de mantê-lo sob sua vista e agir à distância sobre ele.”. Essa seria a sociedade do controle total, na qual um centro mantém seu controle (seja econômico, seja político) sobre uma periferia, ou seja, o retrato da atual (des)ordem mundial, global e neoliberal, na qual os países do centro ditam e inspiram políticas de toda espécie para as periferias, que parecem não ter outra opção senão segui-las.

Portanto, a noção de Sociedade da Informação e os conceitos de globalização e neoliberalismo andam juntos. Seja através de uma relação orgânica, onde as concepções relativas à essa noção operacionaliza-os, legitima-os e justifica-os; seja em uma relação conflitante, onde tais concepções inquire-os, questiona-os e combate-os. De qualquer maneira, o contexto globalizado e neoliberal influencia e direciona, de modo dinâmico e intenso, o debate e as práticas em torno do tema.

Diante de tudo que foi apresentado e discutido ao longo do capítulo relativo à noção de Sociedade da Informação, afirma-se que o debate em torno dessa noção não é apenas de

caráter terminológico, epistemológico ou até mesmo ontológico. O que está em pauta é a discussão de um projeto. Sim, trata-se de um projeto geopolítico que perpassa, entre outros, aspectos econômicos, sociais, históricos, enfim, contextuais e que é impulsionado por inúmeros *interesses* (muitos desses encontram-se camuflados, interiorizados, incrustados nas diversas concepções relativas ao tema).

Embora possa não parecer, a discussão desse projeto deve envolver toda a sociedade. Ou seja, não se trata de um assunto exclusivo para técnicos, doutores, políticos, etc. Muito menos um debate destinado ao setor privado. Se o objetivo é uma *Sociedade* da Informação, a sociedade – incluídos e, *principalmente*, os *excluídos* – deve opinar e participar do colóquio em torno do tema. Só assim, será possível *construir* uma *Sociedade da Informação*.

Nas seções subseqüentes, aborda-se a noção de Sociedade da Informação em relação ao Brasil. Busca-se verificar qual a concepção adotada pelo país em relação a essa noção. A seção imediata introduz o Programa Sociedade da Informação no Brasil do Governo Federal, que é, no momento, a iniciativa oficial para a implantação da suposta Nova Sociedade no país.

3 O PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Buscando *resgatar a dívida social* com os brasileiros, *encurtar os atrasos* em relação aos *países centrais* e inserir o país na Nova Economia, o Governo Federal, a partir de um trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, lançou, em 1999, o Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo)¹. O objetivo do SocInfo é:

[. . .] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, *ao mesmo tempo*, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. (TAKAHASHI, 2000, p. 10, grifo do autor).

O Programa busca, de forma eficaz, colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, onde a identidade cultural nacional seja preservada em toda sua diversidade. Além disso, o SocInfo procura oferecer os subsídios para que haja uma efetiva participação social na vida política e econômica do país, o que possibilitaria um desenvolvimento sustentável transparente e participativo que busque o equilíbrio regional e respeite, assim, as diferenças entre os habitantes e entre as regiões brasileiras (TAKAHASHI, 2000).

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é o responsável geral pelo SocInfo. Esse Programa foi concebido, com *entusiasmo ímpar*, como um dos mais ambiciosos programas do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)². Não se trata de uma iniciativa inédita. Inúmeros países já haviam lançado programas similares. Dessa forma, o SocInfo segue uma tendência internacional, concebida nos *países desenvolvidos*.

A execução do Programa é de responsabilidade de três setores: o governo, a iniciativa

¹ O SocInfo dispõe um sítio na Internet disponível no seguinte URL: <<http://www.socinfo.org.br>>.

² O Governo de FHC (1995-2002) caracterizou-se pelo cunho neoliberal. Foi um Governo marcado por privatizações do patrimônio público ao capital estrangeiro. Dentre elas, destacam-se a da Companhia Vale do Rio Doce e a do Sistema Telebrás.

privada e a sociedade civil. Para fins de desenvolvimento e execução, o SocInfo divide-se em *sete linhas de ação*. São elas: *mercado, trabalho e oportunidades; universalização de serviços para a cidadania; educação na sociedade da informação; conteúdos e identidade cultural; governo ao alcance de todos; P&D, tecnologias-chave e aplicações; e infra-estrutura avançada e novos serviços*.

Atualmente, embora nos últimos anos tenha estado emaranhado no meio de processos licitatórios, burocráticos e de interesses externos sobre a adoção de uma ou outra plataforma tecnológica, o Programa encontra-se em processo de transição para uma nova etapa³. Em consonância com as orientações estratégicas do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), o MCT incluiu o Programa no seu Plano Plurianual de 2004-2007 (BRASIL, 2003). Portanto, o SocInfo, talvez com outra interface, abordagem e nome, terá continuidade.

A seguir, aborda-se dois aspectos relativos ao Programa: o Livro Verde e a realidade contextual onde se insere. O primeiro é o documento oficial do Programa e objeto empírico do presente estudo. O segundo é o campo onde o SocInfo irá, impreterivelmente, desenrolar-se.

3.1 O LIVRO VERDE

Procurando sistematizar e apresentar os objetivos e as metas de implementação do Programa, foi elaborado, pelo Grupo de Implantação do SocInfo, um Livro Verde⁴ (*green paper*). Sob a coordenação de Tadao Takahashi, representantes do MCT, da iniciativa privada

³ Informação obtida junto à Gerência de Comunicação e Informação do SocInfo, representada na pessoa da Sra. Helena Cristina Simões Vasconcelos (helena@socinfo.org.br), em setembro de 2003, e ratificada em dezembro do mesmo ano.

⁴ A versão eletrônica do Livro Verde está disponível no seguinte URL: <http://www.socinfo.org.br/livro_verde/download.htm>.

e do setor acadêmico prepararam o documento. Esse Livro, fruto de treze meses de trabalho, caracteriza-se como uma espécie de súmula das possíveis aplicações das TICs na sociedade brasileira visando ao desenvolvimento sócio-econômico do país. Contém atividades de planejamento, orçamento, execução e acompanhamento para cada uma das sete linhas de ação do Programa. A intenção dos autores do documento era que o mesmo fosse amplamente debatido nos *setores interessados* da sociedade, com o intuito de colher impressões, opiniões e críticas que seriam, em seguida, consideradas, resultando em um Livro Branco com o plano detalhado para a execução do SocInfo.

O Livro Verde sistematiza-se em oito capítulos que são precedidos de uma apresentação e um prefácio, e sucedidos por quatro anexos, uma lista de referências, uma relação de sites interessantes e um glossário. Após um capítulo que introduz a temática da Sociedade da Informação, tem-se sete capítulos dedicados às linhas de ação do SocInfo. Esses sete capítulos estão estruturados em forma de quatro questões básicas. São elas: *do que se trata; onde estamos; para onde vamos; e o que fazer*. Ao longo desses capítulos, os autores do Livro Verde buscam responder tais indagações baseados em discussões temáticas entre especialistas, estudos encomendados e análise de experiências no exterior.

3.2 O SOCINFO E A REALIDADE BRASILEIRA

O SocInfo insere-se em determinado contexto. Seus objetivos e metas serão visados e aplicados dentro de um quadro histórico, cultural, político, econômico e social. Esse quadro chama-se Brasil. Por maior que seja o desejo de determinados agentes sociais, o sucesso do SocInfo, ou de qualquer outra iniciativa do gênero, depende de uma leitura e de uma interação positiva, consciente e dinâmica com a realidade brasileira. Como qualquer outra realidade, a

brasileira é cheia de contradições, repleta de desafios. São mais de 500 anos de história, vivências e conflitos. Valendo-se dos trabalhos de Linhares (1990) e Silva (1990) descreve-se abaixo, sucintamente, um pouco dessa história e dessa realidade.

Sobre os pilares da monocultura, do latifúndio e da escravidão, quase sempre voltados ao mercado *externo*, o país atravessou seus primeiros anos passando pelo Período Colonial (1530-1822), Imperial (1822-1889) até a instauração da República (1889). Desse período em diante, o país começou um período de modernização que se acelerou a partir do Estado Novo (1937), onde o Brasil agrário cedeu lugar, gradativamente, a uma sociedade baseada na industrialização. Modernização que teve no período entre 1950 e 1980 seu maior pico, mudando sensivelmente a fisionomia econômica, social e política do país. Sob a tutela militar (1964-1984) e o binômio *desenvolvimento e segurança*, o Brasil foi alvo de maciços investimentos estrangeiros, sendo esse o período onde houve a consolidação das companhias transnacionais no país. Isso acarretou o chamado *milagre econômico brasileiro* (1968-1974).

Com sua ampla inserção no modo de produção capitalista, o Brasil pós-milagre caracteriza-se como um país desigualmente desenvolvido com: regiões abastadas contrastando com áreas miseráveis; elevadíssimos índices de concentração de renda e de propriedade; uma questão agrária não resolvida herdeira de mais de 300 anos de escravismo colonial; planos econômicos dependentes do capital estrangeiro; inserção significativa de capital especulativo na economia nacional; altos índices de corrupção; etc.. Enfim, um país onde os fossos entre alfabetizado/analfabeto, pobre/rico, fome/caviar, barraco/mansão, sem terra/latifundiário são profundos e alarmantes (CASTRO; RIBEIRO, 1997; AGRA, 2002). É nessa realidade que o SocInfo se insere. É nesse contexto que ele busca tornar-se realidade.

Na próxima seção, procede-se uma análise do Livro Verde, buscando verificar qual a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo documento.

4 A CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Mediante análise do Livro Verde do SonInfo, constata-se que a concepção brasileira de Sociedade da Informação consiste na crença de que se estaria vivendo em uma nova era, em uma nova sociedade. Estar-se-ia ingressando, no país e no mundo, em uma etapa inédita do desenvolvimento humano na qual “[. . .] a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais.” (TAKAHASHI, 2000, p. 3). Esse novo paradigma recebe as seguintes denominações no documento: *Sociedade da Informação*, *Nova Onda*, *Sociedade em Rede*, *Nova Economia*, *Era da Internet*, *Sociedade Informacional*.

Para os autores do Livro Verde, três fenômenos estariam na origem da Nova Sociedade, são eles: a *convergência da base tecnológica*; a *dinâmica da indústria*; e o *fantástico crescimento da Internet*. O primeiro fenômeno refere-se à emergência da forma *digital* de representar e processar qualquer tipo de informação. O segundo refere-se a popularização do uso das TICs devido ao seu crescente baixo custo. E o terceiro refere-se a rapidez na disseminação da informação e a evolução sem precedentes na conectividade internacional. A Sociedade da Informação estabelecer-se-ia a partir da aplicação e do uso intensivo das TICs.

Essa Sociedade não seria um modismo. Pelo contrário, ela teria vindo para ficar. A transformação em curso seria um *fenômeno global* em um mundo de *competição globalizada*, onde a infra-estrutura de informações contribuiria “[. . .] para que as regiões [do globo] sejam mais ou menos *atraentes* em relação aos negócios e empreendimentos.” (TAKAHASHI, 2000, p. 5, grifo nosso). Entre outras características dessa Sociedade, o documento cita: comércio eletrônico; educação a distância; quebra de barreiras espaço-temporais; ampla introdução das novas tecnologias nos processos produtivos e reprodutivos

da sociedade; pesquisa e desenvolvimento como pilares de inovações e da competitividade; flexibilidade; teletrabalho; diversidade cultural; globalização das atividades financeiras; etc.

O Livro Verde afirma que: “As mudanças em curso estão provocando uma onda de ‘destruição criadora’ em todo o sistema econômico.” (TAKAHASHI, 2000, p. 17). Desse processo destruidor-criador emerge a Nova Economia: alavanca impulsionadora da Nova Sociedade. Essa Nova Economia caracteriza-se pela aplicação intensiva das TICs nos processos produtivos visando maior flexibilidade e racionalidade. Nessa Economia “[. . .] impõe-se, para empresas e trabalhadores, o desafio de adquirir a competência necessária para transformar informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, o *conhecimento*.” (TAKAHASHI, 2000, p. 17, grifo do autor).

De acordo com o documento, a possível e ansiada emergência da Nova Sociedade no Brasil, constitui uma oportunidade *inédita* de prestar significativa contribuição para que o país resgate sua dívida social para com todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, mantenha sua soberania. Além disso, o novo paradigma poderia alavancar o desenvolvimento e manter o país em “[. . .] uma posição de competitividade econômica no cenário mundial.” (TAKAHASHI, 2000, p. 5). Entre as demais vantagens decorrentes da inserção do país na Sociedade da Informação estariam: oportunidades de trabalho para todos; combate às desigualdades e promoção da cidadania por meio do acesso universal às TICs; educação e qualificação profissional continuada; valorização dos conteúdos e da identidade nacionais perante o mundo; administração pública transparente, participativa e centrada no cidadão.

Porém, a Nova Sociedade não é isenta de riscos. O maior deles seria o perigo de que as TICs aumentem as desigualdades entre as pessoas, as nações e as regiões. A única solução para esse impasse seria a de que os sujeitos tomassem iniciativas para assegurar que essa Nova Era venha em seu benefício. Isso poderia ser feito através do reconhecimento da importância estratégica da informação, seja a nível pessoal, nacional ou internacional.

O Livro Verde estabelece os seguintes requisitos para que o Brasil se insira proveitosamente na *Nova Onda*: uma base tecnológica e uma infra-estrutura adequada; e um conjunto de condições e inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo em geral. Mas um dos requisitos mais elementares para o sucesso da Nova Economia no país é a participação em massa dos mais diversos agentes sociais como usuários ativos das redes de informação, pois “[. . .] para haver mercado, é necessário que haja consumidores [. . .] Isto significa que a Internet brasileira precisa se expandir e atingir usuários de todas as classes, até *por estritas razões de mercado*.” (TAKAHASHI, 2000, p. 26, grifo nosso). Para que *todos* possam participar desse novo fenômeno, é necessário, em primeiro lugar, universalizar os serviços de informação e comunicação.

No entanto, o Livro Verde acredita que o país já deu alguns passos para sua inserção na Sociedade da Informação. Dentre eles estão as fusões, as aquisições e as privatizações realizadas durante o Governo FHC. Essas teriam trazido para o Brasil empresas estrangeiras e suas plantas produtivas. Afinal, o país tem a oferecer às empresas transnacionais “[. . .] um centro produtor diversificado e de grande porte, oferece amplo mercado interno, capacidade manufatureira, base instalada e acesso favorável aos demais mercados da América do Sul.” (TAKAHASHI, 2000, p. 22).

Contudo, apesar das *ações* já cometidas pelo Governo em *prol* da Nova Era, os autores do Livro Verde estão cientes dos desafios que o país terá de enfrentar para que a Sociedade da Informação atinja todos os brasileiros. Esses autores estão cientes da profunda desigualdade social que afeta o país e da baixa renda mensal de sua população; estão cientes de que o Brasil, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, apresenta, na atualidade, uma participação ínfima na super-rede de computadores. Mas para eles, a entrada do país nessa Sociedade é condição *sine qua non* para a superação dessas dificuldades.

Nas seções subseqüentes, procede-se uma análise em que a concepção de Sociedade da Informação no Brasil acima apresentada é confrontada com a literatura consultada. Ao mesmo tempo, realiza-se algumas considerações em relação a essa concepção.

4.1 AS REDES DE ONDAS GLOBAIS E NEOLIBERAIS

A concepção de Sociedade da Informação no Brasil toma como base algumas das concepções relativas a essa noção encontradas na literatura ou, no mínimo, apresenta concatenação com as mesmas. Embora o Livro Verde não as cite explicitamente durante o texto ou nas referências, elas estão embutidas ao longo do documento. Sempre indiretamente, com a exceção da menção dos termos *Sociedade em Rede* e *Nova Onda* (embora não fale em Terceira) utilizados, respectivamente, por Castells (1999) e Toffler (1980), o Livro Verde vale-se de diversos elementos dessas concepções.

O documento aborda a *Sociedade Pós-Industrial* de Bell (1977) ao asserir a respeito da importância da pesquisa e do desenvolvimento como insumo de inovações; ao apresentar uma visão utilitarista do conhecimento, em que este é tomado como um recurso estratégico; e ao colocar a informação como principal insumo produtivo. Da concepção de Nora; Minc (1980) provém a própria razão do conteúdo do Livro Verde. Ou seja, a importância da criação de uma política informacional, por parte dos Estados-Nação, para que estes se insiram na Sociedade Informacional como criadores e produtores de tecnologias, além de apenas usuários.

Muitos dos aspectos da *Terceira Onda* de Toffler (1980) estão presentes no documento. A começar pelo próprio determinismo que o termo *onda*, como evidenciou Ortiz (1999), traz. Além disso, as promessas da Nova Onda – a Terceira – permeiam o Livro Verde:

teletrabalho, democracia interativa e participativa, pluralismo cultural, pleno emprego para todos, etc. De Masuda (1982) e de Negroponte (1997), o documento adota o determinismo tecnológico. Ou seja, um discurso que sobrepuja a tecnologia ao social, dando à primeira uma força motriz que determina a segunda. Da concepção de Schaff (1993) é extraída a idéia de que as TICs poderiam solucionar os problemas dos *países subdesenvolvidos*. Porém, não se fala em nenhum momento de um socialismo informacional.

Embora cite o termo Sociedade em Rede com uma conotação de parceria entre os agentes responsáveis pela implantação e implementação do SocInfo, o Livro Verde vale-se intensamente da concepção de Castells (1999). Elementos da *Sociedade em Rede*, ou *Informacional*, são citados em diversas passagens do texto. Entre eles estão: a importância econômica da transformação de informação em conhecimento e a aplicação intensiva deste no processo produtivo; globalização das atividades econômicas; a morfologia em redes; a volatilidade do capital entre as praças financeiras; e a inserção imperativa dos Estados-Nação na Nova Era. Da concepção de Lojkine (1999), extraiu-se a preocupação com a partilha da informação entre os atores sociais.

Quanto às concepções negativas em relação à noção de Sociedade da Informação, muito pouco é mencionado. Acredita-se que isso se dá devido à convicção, por parte dos autores do Livro Verde, que se estaria, sem dúvida, sob os limites da Sociedade da Informação. O único problema em relação a essa Sociedade seria não pertencer a ela.

Em relação ao contexto, a concepção de Sociedade da Informação no Brasil está perfeitamente inteirada com o *cenário* global e neoliberal. Os autores do Livro Verde, em *várias* passagens do texto, explicitam tal relação. Elementos dos conceitos de globalização e neoliberalismo como flexibilização, desterritorialidade, atemporalidade, privatização, mercantilismo, etc. entremeiam todo o documento. No caso do Livro Verde, a relação entre o contexto e a produção intelectual atentada por Mannheim (1982) é explícita. Percebe-se que o

SocInfo é uma iniciativa para colocar o país em uma posição *atraente* e lucrativa no processo global e neoliberal.

Todavia, há, no mínimo, duas contradições básicas nessa concepção globalizada e neoliberal de Sociedade da Informação adotada pelo país. A primeira delas é: se a globalização e, principalmente, o neoliberalismo clamam por Estados-Nação mínimos ou até inexistentes, como é possível que o Estado brasileiro seja responsável por um projeto *nacional* de desenvolvimento que vise a sua *soberania*? E a segunda seria: com a privatização do sistema de telecomunicações, como é possível que esse mesmo Estado conceba um programa como o SocInfo, se quem administrará e distribuirá os meios para que tal Sociedade se concretize são os órgãos privados transnacionais?

4.2 IMAGEM E SEMELHANÇA

Diante do trabalho de Latouche (1994), pode-se afirmar que a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo Livro Verde é *mimetista*. Antes de ansiar a construção de uma Sociedade da Informação *brasileira*, os autores do documento buscam implantar, imitar um modelo, e um modelo concebido bem longe do país, a partir de interesses estranhos e até conflitantes com o bem-estar nacional.

Ao longo do Livro Verde, tem-se muitas comparações. Toma-se como marco os Estados Unidos da América do Norte¹, e às vezes a Europa, em cada faceta do projeto. Usam-se expressões do tipo: *lá nos países desenvolvidos; nas economias avançadas; nos países de*

¹ O Livro Verde, na maioria das vezes, refere-se ao povo desse país com a expressão: *americanos*. Isso é um dos sinais da hegemonia dos Estados Unidos, que faz, aqui por meio da linguagem, com que os outros americanos (brasileiros, guatemaltecos, cubanos, mexicanos, enfim, todos os povos que habitam as Américas) *não existam!*

Primeiro Mundo, etc. Com isso, faz-se crer que o objetivo é ser igual a *eles*. Aspira-se o desenvolvimento *deles*. Fazer-se-á de tudo para igualar o país ao *deles*. Como Latouche (1994) assinalou: o país aspirante só se reconhece pelas categorias do outro. Nesses termos, fica muito difícil falar em *política nacional* de informação.

O Livro Verde justifica essa constante comparação com o *exterior*, como uma busca por um parâmetro de erros e acertos². Mas mediante a leitura do documento, os erros dos *civilizados* parecem não existir. Não se encontrou em nenhuma passagem do Livro Verde a menção ao fato de que: o SocInfo estadunidense³ não saiu do papel; nesse país o perfil do usuário da Internet é o de um indivíduo diplomado ou estudante universitário, *branco*, e empregado com um nível de renda confortável; mais de um quarto da população ianque *nunca* teve qualquer espécie de contato com a Internet (LENHART et al., 2003); enquanto o Governo dos Estados Unidos constrói e pavimenta a infovia, a superestrada da informação, os estudantes de Los Angeles estão sem livros didáticos (JACOBY, 2001). Esses fatos não se configuram no Livro Verde, mas para um país que persegue o modelo *progressista* dos *países desenvolvidos*, convém considerá-los.

Enfim, a concepção nacional de Sociedade da Informação concebe essa Sociedade como um estágio de desenvolvimento social inevitável e desejável, e assim suspira e aspira à inserção do país nela, e o faz com os olhos voltados às *avançadas* Sociedades da Informação instituídas no exterior. Desse modo, o discurso brasileiro diante da noção dessa Sociedade, ainda que proferido com elementos salvacionistas (fuga da exclusão digital, alfabetização digital) passa “[. . .] a assumir, mesmo que inconscientemente por parte dos seus

² O Livro Verde dedica um de seus anexos à apresentação de iniciativas rumo à Sociedade da Informação no Mundo. Além disso, é possível evidenciar nas referências, vários documentos estrangeiros relativos a iniciativas nacionais em direção a essa Sociedade.

³ Trata-se do *National Information Infrastructure*, que devido a *razões orçamentárias* não se concretizou (MATTELART, 2002a).

enunciadores, importante papel no estabelecimento da nova *tutela civilizatória* empreendida pelos países centrais.” (FREITAS, 2002⁴, grifo do autor).

Isso não acontece pela primeira vez no país. Por exemplo, o período da modernização autoritária (1964-1984) deu-se sob esses termos. Porém, a questão é: quais os agentes sociais que se beneficiaram com essa modernização, com esse desenvolvimento? Foi o povo? Linhares (1990) afirma que os beneficiários do *milagre brasileiro* foram os banqueiros internacionais, a alta burguesia financeira do país e o capital especulativo. Ao povo, restou um processo inflacionário significativo e um aumento das desigualdades e das dificuldades sociais. E agora? E quanto à *promissora* Sociedade da Informação nacional? Diante da realidade brasileira, quem usufruirá de seus benefícios? Desta vez será *toda* a população?

4.3 O DEUS COMPUTADOR

Outro aspecto relativo à concepção de Sociedade da Informação adotada pelo Livro Verde é a apresentação das TICs como o cerne do novo paradigma; como a própria razão de ser da Sociedade da Informação. Essa perspectiva pode ser evidenciada no documento, por exemplo, pelo: discurso *tecnocêntrico*; emprego de estrangeirismos e barbarismos como *backbone*, *set-top box*, *hosts*, *middleware*, *trunking*, etc. ao longo do documento; glossário dedicado quase que exclusivamente a termos técnico-informáticos. Além de indicarem a penetração da cultura técnica dos *civilizados*, tais fatos também indicam a ênfase dada pelo documento às tecnologias.

Como aferiu Roszak (1988), nesses termos, a informação passa a ser tratada como um sinal, como um insumo que perpassa, impreterivelmente, pelas TICs, ou seja, a informação é tomada como algo sintático – que pode ser medido, armazenado, quantificado – e não como

⁴ Documento em meio eletrônico. Não paginado.

algo semântico, portadora de um significado. Desse modo, parece que o que o Estado brasileiro busca é uma Sociedade *Informática* e não uma Sociedade da Informação.

A própria capa do Livro Verde ilustra a concepção *tecnicista* adotada pelo documento. As Figuras 1 e 2 ilustram essa capa. Na Figura 1, tem-se uma estrutura de telecomunicação. Essa estrutura representa uma espécie de *monumento tecnológico*. Imponente, grandiosa, do ângulo que foi retratada, ela parece estar a ponto de aspirar, sugar o céu. Na Figura 2, a reificação e o fetichismo da técnica e das TICs atingem proporções *divinas*: ao toque de um periférico advém uma *luz* que ilumina o planeta Terra. Seria o Deus Computador? Ou seria o próprio onipotente utilizando as TICs para *gerenciar* seus filhos terrestres? Onde está o homem que concebe e constrói as tecnologias? Nessas ilustrações ele se reduz, anatomicamente, a uma mão anônima. Enfim, essas Figuras indicam o papel atribuído às TICs na maior parte do Livro Verde e em grande parte das concepções relativas à Sociedade da Informação: *a tecnologia é representada acima do homem*. Como disseram Marx; Engels (1987), o homem se rende a sua própria criação e não se vê mais nela. A ele, só resta render-se a ela e fazer todos os esforços cabíveis para possuí-la (apesar de que nessa perspectiva é a tecnologia que possui o homem).



FIGURA 1 – Detalhe da capa do Livro Verde.
Fonte: TAKAHASHI, 2000.



FIGURA 2 – Detalhe da capa do Livro Verde.
Fonte: TAKAHASHI, 2000.

Não se nega a importância que as TICs representam, as vantagens *potenciais* que oferecem. Contudo, não se pode concebê-las como algo superior ao homem, como fator determinante. Apenas a existência de TICs não caracteriza uma sociedade. Elas são apenas uma ferramenta, um produto da ação humana, social. Elas por si só não são nada. É a aplicação que os atores sociais lhes dão, a partir dos seus interesses, que lhes atribui uma função e um valor (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1997; WERTHEIN, 2000). O olvido desse aspecto faz com que se adote uma concepção ideológica do mundo e da realidade. Da mesma forma, a informação não pode ser entendida como um insumo físico para essas tecnologias. Ela não pode ser tratada pela rapidez ou pela quantidade em que é transmitida, mas ao contrário, deve ser considerada qualitativamente (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997).

4.4 SOCIEDADE OU ECONOMIA?

Um último, mas não menos importante, tópico em relação à concepção de Sociedade da Informação no Brasil é a adoção de uma perspectiva excessivamente *economicista* em relação a essa Sociedade. Se a perspectiva tecnicista transforma a informação em um sinal físico, a perspectiva economicista, por sua vez, transforma a informação em mercadoria. A partir desse panorama, ao invés de uma Sociedade da Informação, tem-se uma *Sociedade do Mercado*. E é sob essa ótica que o novo paradigma é concebido na maior parte do Livro Verde. A Nova Economia é representada como propulsora da Nova Sociedade.

Em alguns trechos do documento, fica-se em dúvida se o objetivo do SocInfo é comercializar ou socializar a informação. Se está falando-se em uma Sociedade da Informação ou em uma Economia da Informação. Em determinada passagem do documento, a intenção de proporcionar o acesso às TICs com o *estrito* fim de criar consumidores é

explicitada. Com isso, a visão do acesso para que os indivíduos possam exercer sua cidadania fica em segundo plano, embora também esteja *presente* no Livro. Como assinalou Bourdieu (1998), esta transmutação do cidadão em consumidor é uma das características do neoliberalismo, doutrina que, como se vê, inspira intensamente o Livro Verde.

Dentro dessa concepção de Sociedade da Informação, a informação reduz-se a um insumo produtivo que, se bem *utilizada*, pode resultar em conhecimento, que nessa perspectiva é encarado como um *recurso econômico estratégico*. Além de não distinguir informação e conhecimento de maneira clara, o Livro Verde concebe esses conceitos de maneira sumamente *utilitarista*. Ou seja, eles só servem se puderem ser transformados em lucro, a curto ou longo prazo. Todavia, a informação e o conhecimento não podem ser tomados como bens exclusivamente econômicos ou como valores agregados por um mercado. Eles são, antes de tudo, patrimônio social da humanidade, pois são gerados e comunicados socialmente. Ou seja, eles são produtos sociais (MANNHEIM, 1982; DANTAS, 1996; AUN, 1997). Contudo, no Livro Verde essa abordagem social é colocada em segundo plano, quando não é esquecida, frente à abordagem econômica.

Parece que o objetivo do SocInfo é colocar o Brasil como um dos pontos de maior interesse para o capital estrangeiro, é projetar o país na economia global neoliberal. No entanto, como a história brasileira tem mostrado, os únicos favorecidos com o aquecimento da economia *nacional* são os agentes sociais mais abastados e nunca o povo brasileiro. O que mostra que crescimento econômico não gera, como consequência intrínseca, melhorias sociais. Ilustrando tal fato, Sader (2003) lembra que apesar de ser um país economicamente pobre⁵, Cuba apresenta índices sociais muito superiores aos brasileiros. Isso indica que justiça social não tem relação com economia próspera, mas sim com outras variáveis como, por exemplo, uma distribuição *equitativa* de bens e riquezas.

⁵ Lembra-se que essa *pobreza* advém, quase que exclusivamente, de um bloqueio econômico e político *desumano* imposto à Ilha pelo Governo estadunidense (CHOMSKY, 2002).

Por tudo que foi exposto ao longo do capítulo afirma-se que: a concepção de Sociedade da Informação no Brasil é *ideológica*. Valendo-se de estratégias ideológicas como a reificação e o fetichismo da técnica e das TICs, e de promessas como pleno emprego, educação e qualificação profissional continuada, combate às desigualdades e promoção da cidadania e da transparência administrativa, etc., o Livro Verde oculta a importação e a implantação de um *modelo* (muito diferente de uma *sociedade*) hegemônico de desenvolvimento e progresso que inclui em seu arcabouço uma política neoliberal que visa ao lucro acima de tudo. Lucro que novamente se configura como recurso estratégico para a manutenção do *status quo* brasileiro. Deseja-se *informatizar* o país para que: se produza mais racionalmente e, dessa forma, produza-se mais; haja mais consumo; o país se encaixe no perfil de desenvolvimento mínimo desejado para a inserção nos blocos econômicos mundiais; etc.

Portanto, o SocInfo, como tantas outras políticas públicas anteriores, continua a conceber, essencialmente, o Brasil como um manancial de riquezas para os grupos dominantes – nacionais e estrangeiros – e não como uma nação com necessidades e com problemas sociais a serem resolvidos. Dessa forma, ao colocar em prática um projeto de universalização padronizado e de valor estratégico para o desenvolvimento nacional, como o SocInfo, “[. . .] antes que tenham sido resolvidas antigas questões da agenda política [reforma agrária, saúde pública, analfabetismo, etc.], o Estado [brasileiro] pode, na mais simples das hipóteses, reproduzir uma estrutura social cada vez mais excludente e desigual [. . .]” (FERREIRA, 2003, p. 40-1).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto ao longo do presente TCC, conclui-se que a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo Livro Verde do SocInfo é essencialmente *mimetista, tecnicista e economicista*. Trata-se de uma concepção que está dentro dos moldes da globalização e do neoliberalismo. Por isso, o país tende a adotar uma Sociedade Informática ou uma Sociedade do Mercado ao invés de uma Sociedade da Informação. Portanto, a relação entre o contexto e a produção intelectual, atentada por Mannheim (1982), é explícita na concepção brasileira de Sociedade da Informação. Ela reflete intensamente a ordem mundial dominante.

Afirma-se também que a concepção de Sociedade da Informação adotada pelo documento é *ideológica*, pois oculta, até certo ponto, por meio de um discurso salvacionista, intenções maiores e alheias ao bem estar material da maioria da população brasileira. Embora se busque o consenso, afirmando que essa Sociedade seria boa para *todos*, uma projeção desse Programa diante do contexto nacional não é promissora. Se aplicado tal como descrito no Livro Verde, o SocInfo, no máximo, informatizaria uma parte do país. Em relação à *realidade brasileira*, todavia, pouco seria modificado. O *status quo* seria mantido. A mudança das condições materiais dos brasileiros deve passar por *outras* revoluções além da informacional. Há muitas outras prioridades, muitas delas entravadas na agenda nacional.

Além do mais, a concepção adotada pelo documento é mecanicista e reducionista. Acredita-se que as TICs aplicadas no país resultariam em uma Sociedade da Informação com amplo valor econômico. Observa-se que essa concepção assemelha-se a uma *equação*. O que indica que entre os diversos autores do Livro Verde, prevaleceram os profissionais da Informática e da Economia. Os profissionais das Ciências Humanas e Sociais foram

suplantados pelos primeiros. Suas contribuições reduziram-se a algumas passagens (poucas) onde o lado social é tratado com alguma relevância.

Embora se fale em uma Sociedade da Informação, a concepção brasileira desta torna patente um aspecto: a Sociedade da Informação, acima de tudo, diz respeito a um modelo, a um projeto manufaturado e manufaturado por determinados agentes, em determinado contexto e com determinados interesses. Esses agentes são os representantes dos grupos hegemônicos do capitalismo global: as corporações transnacionais, Estados-Nação como os Estados Unidos da América do Norte, elites nacionais, etc. Os países que adotam esse modelo, que envolve uma informatização maciça e padronizada da sociedade, uma importação de tecnologias, um determinado discurso, etc., pactuam, consciente ou inconscientemente com ele. Contudo, como a história tem registrado, o ônus de qualquer *eventual* fracasso na implantação e implementação de modelos como a Sociedade da Informação recai *apenas* sobre o povo dos países executores. *Povo* que em nenhum momento é chamado a opinar sobre programas de tal magnitude. Povo a quem só resta acolher decisões e arcar com as conseqüências.

Todavia, uma Sociedade da *Informação* é possível no Brasil. Porém, antes da mecânica aplicação de um modelo, essa Sociedade deve ser *construída*. Essa Sociedade deve nascer do debate e de práticas sociais participativas, intensas e solidárias. Enfim, uma Sociedade da Informação deve calcar-se em uma disseminação contextualizada e dinâmica de informações repletas de significado e de pluralidade cultural. Porque a informação é uma poderosa força para a transformação, o aprimoramento e a revolução do homem, e não uma cédula de dólar ou um sinal elétrico. Nesse processo, as TICs devem ser encaradas como nada mais do que uma ferramenta e/ou um suporte que, com suas potencialidades, podem auxiliar no processo de *socialização da informação*¹.

Embora repleto de problemáticas e dificuldades, o Brasil é um território rico em

¹ Para informações em relação a essa prática, ver Loureiro (2002).

recursos naturais, abençoado *pela própria natureza*, com uma população que se aproxima dos 200 milhões de habitantes. Um país como esse, valendo-se do potencial oferecido pelo fluxo crítico e consciente de informações fecundas pode, seguramente, superar suas contradições e oferecer uma vida digna aos seus filhos.

O bibliotecário – o profissional da informação – tem um papel importante na construção desse Brasil novo e justo, repleto de dignidade, enfim, criticamente informado. Afinal, esse profissional tem uma responsabilidade social². Potencialmente, é um agente de transformação da sociedade, pois ele trabalha com a informação que, como se viu, é um dos catalisadores e um dos insumos para a mudança.

Mas para que o bibliotecário exerça essa sua função social transformadora será preciso que ele adote certas atitudes. Em primeiro lugar, acredita-se que esse profissional deve abandonar noções que têm permeado os discursos e as práticas na área. Entre elas citam-se: o tecnicismo acerbadado, o discurso da neutralidade e a práxis apolítica. Deve ocorrer uma espécie de revolução cultural na práxis biblioteconômica. Essa revolução é requisito *sine qua non* para que se tenha um bibliotecário consciente, solidário, participativo e transformador. Talvez essa revolução já esteja em curso. Assim, cabe às próximas gerações bibliotecárias uma atitude mais pró-ativa, mais voltada ao social e às pessoas do que ao produto, do que à tarefa e do que aos suportes e mídias.

No caso específico da suposta Sociedade da Informação, precisa-se de um bibliotecário político que não adote o primeiro discurso com que se depara, pois como lembra Mannheim (1982, p. 132): “[. . .] a adoção sem crítica de qualquer ponto-de-vista que esteja à mão constitui uma das mais certas maneiras de se impedir o atingimento da compressão cada vez mais ampla e mais compreensiva possível, hoje em dia.”. O profissional da

² Para aduções adicionais a respeito da importância e do papel social desse profissional, ver Harris (1991) e Targino (1997).

informação deve ser, acima de tudo, *crítico* e, também, interessado pela coletividade e pelo bem estar da maioria.

Para a construção de uma Sociedade da Informação, acredita-se que seria preciso um *bibliotecário orgânico*, isto é, um bibliotecário ligado às massas, às comunidades de base e aos movimentos sociais que visam romper com o *status quo* e conquistar a liberdade. Um profissional que participe ativamente da vida social, que saiba detectar as necessidades informacionais do povo; que dissemine a informação para todos os recantos do mundo; e que, por meio de uma atitude mais firme e vigorosa, garanta o amplo e democrático acesso à informação. Dessa maneira é possível a construção de uma *Sociedade da Informação*, seja a nível mundial, seja a nível nacional.

REFERÊNCIAS

AGRA, Mary Cristina de Menezes. (Re)Desenhando o Perfil do Trabalho na Sociedade da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1220201.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2003.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Sociedade de Informação**: espaço da palavra onde o silêncio mora? São Paulo: APB, 1996. 9 f. (Ensaio APB, 31).

AUN, Marta Pinheiro. Processos de Globalização e Políticas Nacionais de Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1/2, p. 40-51, jan./dez. 1997.

BAUMGARTEN, Maria (Org.). **A Era do Conhecimento**: Matrix ou Ágora? Porto Alegre: Ed. da Universidade; Brasília: Ed. da UNB, 2001. 263 p.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977. 540 p.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 247 p. (Coleção Antropologia, 5).

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 151 p.

_____. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 115 p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano Plurianual do MCT - 2004-2007**. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/sobre/ppa/Default.htm>>. Acesso em: 11 set. 2003.

CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (Org.). **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações**: quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1997. 311 p.

CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Sociedade da Informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, c1999. 3 v. Conteúdo: v. 1. A Sociedade em Rede – v. 2. O Poder da Identidade – v. 3. Fim de Milênio.

CHAUI, Marilena de Souza. **O Que É Ideologia**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 125 p. (Coleção primeiros passos, 13).

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 192 p.

CLARKE, Roger. Freedom of information? The Internet as Harbinger of the New Dark ages. **First Monday**, v. 4, n. 11, Nov. 1999. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue4_11/clarke/index.html>. Acesso em: 21 jul. 2003.

DANTAS, Marcos. Valor-trabalho e Valor-informação. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 1, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://www.puccamp.br/~biblio/dantas81.html>>. Acesso em: 25 jul. 2003.

DEMO, Pedro. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 186 p.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo: Ed. UNESP, 1997. 204 p.

FERREIRA, Rubens da Silva. A Sociedade da Informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.

FREITAS, Lídia Silva de. A Memória Polêmica da Noção de Sociedade da Informação e sua Relação com a Área de Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1220208.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Globalização e os Novos Espaços da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, p. 8-22, jan./dez. 1997.

GUARESCHI, Pedrinho et al. **Os Construtores da Informação**: meios de comunicação, ética e ideologia. Petrópolis: Vozes, 2001. 380 p.

_____. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança.** 52. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 166 p.

HARRIS, Kevin. Informação e Mudança Social na Década de 90: uma perspectiva européia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/119105.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2003.

HERSCOVIVI, Alain. Sociedade da Informação e Nova Economia: ruptura ou continuidade? **Comunicação e Espaço Público**, Brasília, ano V, n. 1 e 2, p. 87-112, 2002.

IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). **Globalização, Regionalização e Nacionalismo**. São Paulo: Ed. UNESP, c1998. p. 15-41.

_____. Globalização e Crise do Estado-Nação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 3, n. 6, p. 129-135, primeiro semestre 1999.

_____. **A Era do Globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 252 p.

JACOBY, Russell. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 300 p.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 258 p.

LAJOLO, Laurana. **Antonio Gramsci: uma vida**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 151 p.

LASTRES, Helena M. M. Informação e Conhecimento na Nova Ordem Mundial. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 1, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/280199/28019910.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2003.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do Mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994. 136 p. (Coleção horizontes da globalização).

LATOUR, Bruno. Redes que a Razão Desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 21-44.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119 p.

LENHART, Amanda et al. The Ever-Shifting Internet Population: a new look at Internet access and the digital divide. **Pew Internet & American Life Project**, Apr. 16, 2003. Disponível em: <http://www.pewinternet.org/reports/pdfs/PIP_Shifting_Net_Pop_Report.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LIMA, Frederico O. **A Sociedade Digital**: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 152 p.

LINHARES, Maria Yedda L. (Org.). **História Geral do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 303 p.

LOBO, Flávio. A Era da Ignorância. **CartaCapital**, n. 137, São Paulo, 6 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.elsonrezende.hpg.ig.com.br/socialpol/ignoran.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2003.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 316 p.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Socialização da Informação: nadando contra a corrente. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1220203.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2003.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e Neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (Org.). **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações**: quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1997. p. 21-33.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 330 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: (I – Feuerbach). 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 138 p.

MASUDA, Yoneji. **A Sociedade da Informação como Sociedade Pós-Industrial**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982. 210 p.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2002a. 197 p.

_____. **História da Utopia Planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002b. 432 p.

McCHESNEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 7-17.

NEGROPONTE, Nicholas. **A Vida Digital**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 231 p.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a Sociedade da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002.

NORA, Simon; MINC, Alain. **A Informatização da Sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. 171 p.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 234 p.

_____. Globalização, Poder e Medo. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 3, n. 6, p. 139-142, primeiro semestre 1999.

ROSZAK, Theodore. **O Culto da Informação**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 335 p.

SADER, Emir. O Capital *Versus* o Trabalho. **Trêsporquatro**, Porto Alegre, p. 4-5, primeiro semestre 2003.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Revolução Informacional: pontos de vista para o debate sobre a Sociedade da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, jan./abr. 1997. Disponível em: <<http://www.puccamp.br/~biblio/gambo91.html>>. Acesso em: 23 jun. 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. 157 p.

SFEZ, Lucien. Informação, Saber e Comunicação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 1996.

SILVA, Alzira Karla Araújo da. A Sociedade da Informação e o Acesso à Educação: uma interface necessária a caminho da cidadania. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 11, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1120103.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A Modernização Autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda L. (Org.). **História Geral do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. cap. 8. p. 273-303.

SILVA, Juremir Machado da. A Sociedade da Informação e a Incomunicação Humana. **Líbero**, São Paulo, ano 3, v. 3, n. 6, p. 40-43, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. O Social e o Político no Pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. cap. 2. p. 37-64.

SIRIHAL, Adriana Bogliolo; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Informação e Conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1210203.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2003.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203 p.

TARGINO, Maria das Graças. Práxis Bibliotecária. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 7, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/719702.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2003.

TOFFLER, Alvin F. **A Terceira Onda**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, c1980. 491 p.

TORTORELLA, Aldo. Hegemonia. In: VOCABULÁRIO gramsciano. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

VILAS, Carlos M. Seis Idéias Falsas sobre a Globalização. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 3, n. 6, p. 21-61, primeiro semestre 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A “Globalização” e os Impasses do Neoliberalismo. In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (Org.). **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações**: quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1997. p. 34-52.

WEBSTER, Frank. **Theories of the Information Society**. London: Routledge, 1995. 257 p.

WERTHEIN, Jorge. A Sociedade da Informação e seus Desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

WIRTH, Louis. Prefácio. In: MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 9-28.